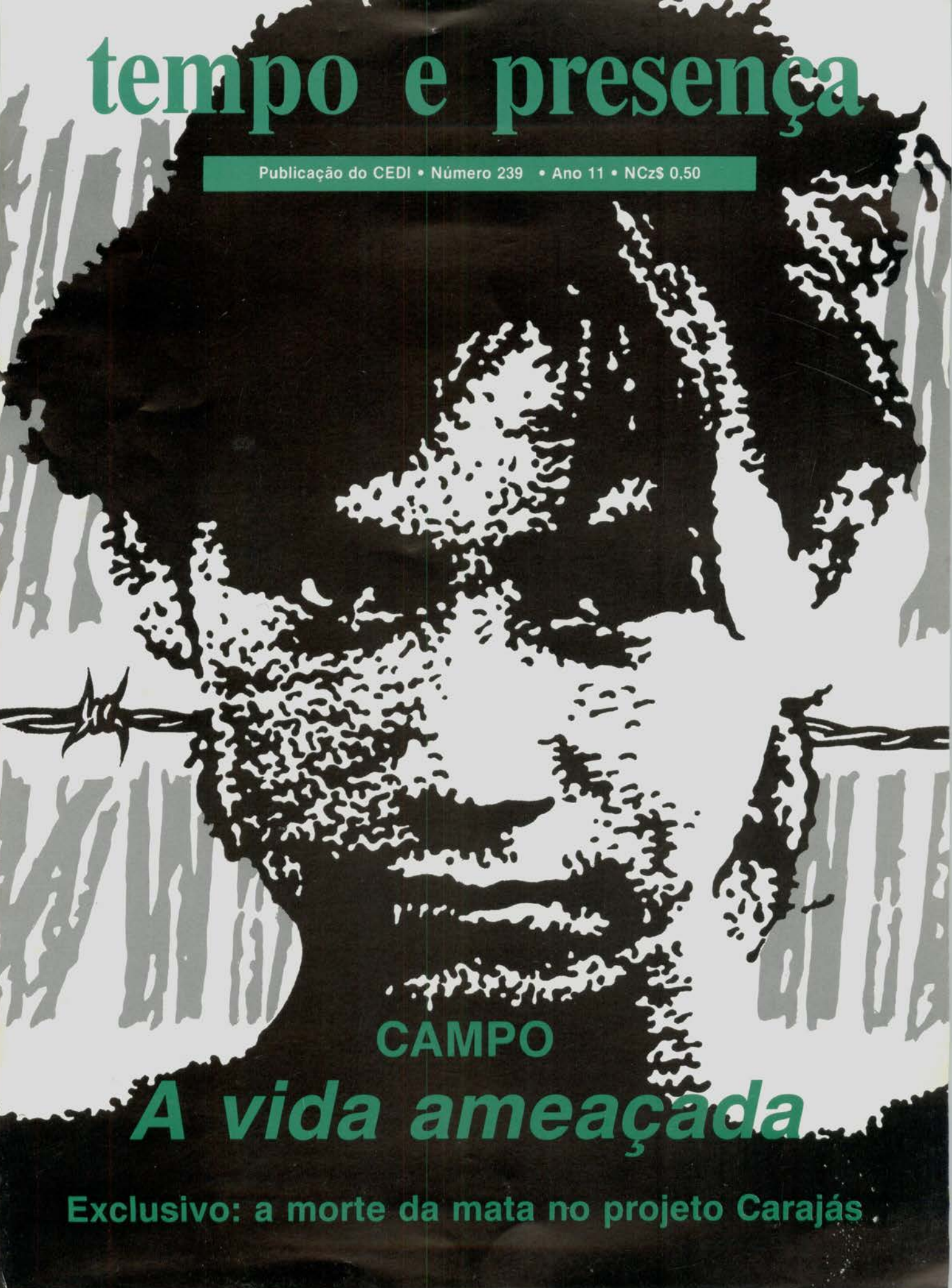


tempo e presença



Publicação do CEDI • Número 239 • Ano 11 • NCz\$ 0,50

CAMPO

A vida ameaçada

Exclusivo: a morte da mata no projeto Carajás

tempo e presença

Revista Mensal do CEDI

Março 89

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37982 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
Heloisa de Souza Martins
José Oscar Beozzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e Jornalista Responsável

Marco Antônio Piva
Reg. Prof. n.º 12.911

Editor de Arte e

Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e Secretaria Gráfica

Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão

Rosana de Lima Soares

Capa

Luiz Rodolfo Trimano

Fotolito, Impressão e Acabamento

Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:

NCz\$ 0,50

Assinatura anual

NCz\$ 5,00

Assinatura de apoio

NCz\$ 7,00

Estamos passando às mãos dos redatores desta revista o primeiro número do Jornal de Pastoral Carcerária.

É nossa intenção fazer dele um elemento de ligação e animação entre cristãos e cristãs que visitam presídios, levando, numa perspectiva libertadora, dentro de uma dinâmica solidária e fraterna, a mensagem do Reino de Deus. Pretendemos, oportunamente, promover uma consulta ecumênica, objetivando analisar a situação das prisões brasileiras e promover troca de experiências que possibilitem a articulação de um movimento em nível nacional. Nesta consulta ou encontro, faremos uma reflexão teológica sobre o cárcere a partir da Palavra de Deus, à luz da realidade latino-americana.

Há oito anos visito presídios. Meu trabalho não tem como objetivo "converter" o preso. O serviço consiste em ir de cela em cela, conversando, ouvindo deles suas angústias e esperanças, anotando material para denúncia, tomada de providências judiciais, visitas às famílias etc. Gostaria de contar de alguma forma com o apoio do CEDI e desta prestimosa revista.

Rev. Antonio Eustáquio Gomis
Cachoeiro de Itapemirim, ES

Agradecido pela pontualidade com que fui contemplado com os valiosos subsídios de *Tempo e Presença*, desejo ser pontual na renovação de minha assinatura para 1989.

Desejo que o novo ano seja de paz, prosperidade, justiça e verdade e que a vinda do Reino seja anunciada com intensidade.

Desejo ainda que juntos possamos construir os tempos de paz proclamados no Advento e concretizados no dia-a-dia do novo ano, com a graça do Senhor da própria história.

Deus conceda forças, inspiração e energias renovadas à toda equipe para o cumprimento da sublime tarefa de anunciar o Reino, até que volte o Rei.

Oscar Pugsley

Ponta Grossa, PR

Veio ter às nossas mãos o n.º 236, correspondente a novembro de 1988 da bem fundamentada publicação editada por V.S.ª.

A matéria contida se insere ajustadamente em nossa linha de pensamento, especialmente por conter o ingrediente cotidiana-

no de nossa preocupação: a ecologia!

Apreciamos praticamente toda a revista e notamos a participação ativa de comum amigo e companheiro de jornadas, José Lutzemberger, que formou conosco, nos idos de 78/79/80, contra o aeroporto metropolitano de São Paulo, as usinas nucleares e a devastação da Amazônia, briga esta que já tem mais de vinte anos.

Por julgarmos bastante oportuno o editorial "Movimento mundial de solidariedade" e apoiá-lo, juntamos à presente o manifesto da Organização Mundial de Saúde (OMS), lançado em 24/12/87, na Praça da Sé, em companhia de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo.

Waldemar Paioli

Associação Mundial de Ecologia
Cotia, SP

Quando alguém me pergunta se conheço *Tempo e Presença*, é com o orgulho do filho que fala sobre as virtudes do pai que respondo: sou assinante dessa revista que acredito ser uma das melhores, entre os bons periódicos brasileiros (e os bons são poucos). Esta tem conteúdo e os pés fincados na realidade.

Ao receber a revista, devo-

ro-a com a afeição de quem acredita na boa alimentação. E como isso faz bem! Já tenho recomendado desta vitamina a muitos amigos. O resultado? Um crescente efeito multiplicador na reflexão e na prática pastoral.

Por descuido da minha parte, perdi o controle da assinatura. Acredito que está para vencer. Gostaria que, no momento oportuno, me fosse enviado o aviso para sua renovação.

Estou enviando, também, alguns poemas que talvez possam ser utilizados para algo. Se for útil, bom proveito!

Neri de Paula Carneiro
Barbosa Ferraz, PR

Emilio Rodrigues

Faleceu no dia 19 de março o nosso companheiro Emilio Rodrigues, vítima de um enfarte. Ele integrava o Programa de Assessoria à Pastoral Protestante e era um dos colaboradores da equipe Sul. Grande parte de seu trabalho era dedicado à assessoria do Movimento dos Sem Teto de Porto Alegre. Emilio morreu aos 40 anos, deixando esposa e um filho recém-nascido.

Nota

A edição n.º 238 de *Tempo e Presença* teve a colaboração editorial do programa *Educação e Escolarização Popular* do CEDI.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO OPERÁRIO

Italianos e movimento operário no Brasil.....	NCz\$ 2,40
História dos metalúrgicos de S. Caetano.....	NCz\$ 2,80
Trabalhadores urbanos 82/84.....	NCz\$ 5,30
Imagens da luta.....	NCz\$ 20,00
Debate sindical n.º 8 — Dívida Externa.....	NCz\$ 0,80
Debate sindical n.º 9 — A nova Constituição.....	NCz\$ 1,00
Revista <i>Apoio</i> - Os trabalhadores na indústria bélica.....	NCz\$ 0,50

PASTORAL PROTESTANTE

A celebração da vida.....	NCz\$ 1,20
Batismo, eucaristia e ministério.....	NCz\$ 1,20
Discussão sobre a Igreja.....	NCz\$ 2,10
Creio na ressurreição do corpo.....	NCz\$ 2,40
De dentro do furacão.....	NCz\$ 3,20
Pai nosso — meditações.....	NCz\$ 2,50
Identidade negra e religião.....	NCz\$ 5,10
Poesia, profecia e magia.....	NCz\$ 2,30

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para Ag. Correio 403911, Santa Cecília, SP

Campo

- 4 UDR: SURGIMENTO, BANDEIRAS E PERSPECTIVAS
José Gomes da Silva
- 10 A "BESTA-FERA" DA MODERNIDADE
Regina Bruno
- 13 DIREITA RURAL SONHA MAIS ALTO
- 15 LATIFÚNDIO: SINÔNIMO DE VIOLÊNCIA
Ermano Allegri e Inez Ethne Gontijo Neiva
- 16 ESTAS PESSOAS PODEM MORRER
- 18 A VIDA POR UM FIO
- 19 JÚLIO BARBOSA DE AQUINO: NA ESTRADA DE CHICO MENDES
Marco Antônio Piva
- 20 A LUTA DOS SERINGUEIROS
Mauro Almeida
- 22 CARAJÁS: A FLORESTA EM PERIGO
João Roberto Ripper

Igrejas

- 26 CEBs: ARTICULAÇÃO EM TEMPO DE CONFLITO
Pedro Ribeiro de Oliveira

Rubem Alves

- 28 DE JOÃO 23 A JOÃOZINHO TRINTA

América Latina

- 30 DROGAS: REPRESSÃO CONTRADITÓRIA

Anote

- 31 NICARÁGUA: SOLIDARIEDADE DOS BISPOS METODISTAS ENCONTRO DISCUTE VIOLÊNCIA NO CAMPO
- TEOLOGIA DA TERRA: REALIZADO 1º ENCONTRO LATINO-AMERICANO
- 32 CONVITE AO DIÁLOGO
Ivo Poletto

Bíblia hoje

- 33 "TUDO PELO SOCIAL?"
Milton Schwantes

Livros

- 35 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA
Francisco de Assis Fernandes

NÃO SE PODE ESPERAR MAIS

Nos últimos meses, a sociedade brasileira foi mais uma vez abalada com o ressurgimento da já dramática situação dos nossos trabalhadores rurais. O aumento da violência contra as lideranças camponesas atingiu um limite insuportável. Não se compreendem atitudes de passividade e impunidade frente a tal situação, quando centenas de vidas são ceifadas e muitas outras vivem na expectativa da morte a qualquer momento.

O assassinato de Chico Mendes desvendou a intrincada rede de forças sociais que estão mobilizadas para impedir soluções justas e democráticas para a questão agrária no país. Torna-se cada dia mais evidente o uso de todos os recursos, principalmente os da força bruta, para barrar o crescimento e a organicidade dos movimentos de trabalhadores rurais.

Os conflitos de terra ganham, agora, dimensões mais globais. Aos direitos pela posse da terra, por condições dignas dos que nelas trabalham, acrescentam-se: a preservação das reservas extrativistas, como a dos seringais; a defesa da mata, que vem sendo assustadoramente devastada; a luta dos povos indígenas pela manutenção das suas reservas, que ganha aspecto ainda mais abrangente quando se universaliza a questão da preservação da Amazônia etc.

A problemática da terra no Brasil alcança assim estatuto de fundamental questão para a política nacional. E nesse ponto as forças sociais vão ganhando contornos mais nítidos. Na defesa dos interesses dos latifundiários e dos proprietários de grandes empresas rurais aparece, de corpo inteiro, a União Democrática Ruralista (UDR), que pretende expressão política nacional, inclusive com o seu líder candidato à presidência da República. Percebe-se, de outra parte, um notável crescimento das organizações dos trabalhadores rurais,

através dos seus sindicatos, do movimento dos sem-terra, das pastorais das igrejas. Ganha, também, significativa expressão a aliança dos povos da floresta, que pretende congrega, num grande movimento, povos indígenas, seringueiros e trabalhadores rurais. Agregando-se a esse complexo emaranhado de forças sociais, temos a presença dos ecologistas com suas diversificadas expressões, além de um número de organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, comprometidas na luta pela preservação da natureza e pela dignidade da vida.

Esta é uma luta que não permite omissões. É questão concreta de vida e morte. Já não é possível suportar um triste panorama: trabalhadores rurais e seus aliados eliminados, inclusive, com aviso prévio; seringueiros banidos das suas fontes de sobrevivência; índios expulsos das suas terras, agora, também, por inundações; milhares de árvores derrubadas para alimentar os fornos produtores da guza proveniente de Carajás; e tantas outras formas de ameaça à vida dos nossos povos, da nossa fauna, das nossas florestas.

Tempo e Presença tem-se envolvido nesta questão. Em novembro lançamos uma edição especial com os resultados dos eventos de Berlim, onde se reuniram movimentos de ecologistas, políticos, economistas, líderes eclesiais e artistas para julgar e condenar a atual ordem econômica internacional, a dívida externa, as agressões ambientais, assim como certos organismos financeiros internacionais. Com este número, oferecemos mais subsídios para o grande debate nacional, que se impõe com urgência. Precisamos construir um novo projeto político capaz de criar condições dignas de vida para todos, e, especialmente, para os trabalhadores, verdadeiros construtores de nosso país.

UDR

SURGIMENTO, BANDEIRAS E PERSPECTIVAS

José Gomes da Silva

A criação da União Democrática Ruralista é uma resposta ao crescimento do movimento dos trabalhadores rurais e sua reivindicação histórica: a reforma agrária. A defesa intransigente da propriedade privada, o emprego de técnicas ultrapassadas na agricultura e a tentação à prática da violência fazem da entidade um corpo estranho ao processo de consolidação democrática do país

O surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) constitui o mais sério movimento de oposição à mudança do sistema latifundista já registrado na história do Brasil. É possível que em termos relativos possam ter existido organizações ainda mais ferozes e poderosas, mas em termos institucionais, a UDR se destaca sobremaneira, principalmente nos anos recentes.

Essa primeira afirmação pode ser desalentadora, mas lembrando o princípio da Física Teórica de que "a toda ação corresponde uma reação igual e diretamente oposta", minha análise não é pessimista. Se a UDR surgiu com tanta força, isso significa também que

uma ameaça igualmente séria existia sobre os seus interesses e privilégios. Em outras palavras, se a UDR é forte — e temos que reconhecer essa realidade — não menos poderosa é a união das forças que deram motivo ao seu surgimento.

O presente texto destina-se apenas a servir de roteiro para uma dissertação exploratória; levantará algumas hipóteses de trabalho e umas tantas pistas para debates; a discussão e os subsídios que provocará poderão permitir conclusões definitivas sobre essa estranha organização no contexto geral do desenvolvimento capitalista e do crescimento da direita no campo brasileiro.

As inquietações que me afligem no momento são:

BRASIL 1987 — ESTRUTURA FUNDIÁRIA

ESTRUTURA FUNDIÁRIA	Imóveis Rurais Números	%	Área Total Milhões ha	%	área Média ha	Obs.
Minifúndio (1)	2.996.492	63,8	54,2	8,8	18,1	1 MF
Pequena propriedade (2)	1.077.768	23,0	69,9	11,4	64,9	1—3 MF
Média propriedade (3)	435.151	9,3	111,6	18,2	256,5	3—10 MF
Grande propriedade (4)	184.827	3,9	377,2	61,6	2.040,8	10 MF
Total	4.694.288	100	612,9	100	130,6	

RESUMO (cifras arredondadas)

DIMENSÃO DO IMÓVEL RURAL	IMÓVEIS	ÁREA
Pequena/média propriedade	96%	38%
Grande propriedade	4%	62%
Total	100%	100%

Fonte: Estatísticas Cadastrais, 1987, Mirad

- (1) Imóvel rural com área aproveitável inferior a 1 módulo fiscal.
 (2) Imóvel rural com área aproveitável de 1 a menos de 3 módulos fiscais.
 (3) Imóvel rural com área aproveitável de 3 a menos de 10 módulos fiscais.
 (4) Imóvel rural com área aproveitável igual ou superior a 10 módulos fiscais.

O módulo fiscal (MF) é determinado por município e varia de 5 a 110 ha, com as seguintes médias por grande região: 75 ha (Norte); 45 ha (Nordeste); 25 ha (Sudeste); 20 ha (Sul); 55 ha (Centro-Oeste).



João Roberto Ripper

a) a UDR surgiu em 1985 ou sempre existiu, mesmo de maneira informal e encapuçada?

b) a UDR é o desastre que muitos apregoam?

c) quais os sustentáculos e quais as fragilidades da UDR?

d) quais as perspectivas da UDR a curto, médio e longo prazo?

Para tentar analisar esses tópicos e responder a essas indagações será preciso apresentar o pano-de-fundo em que a UDR surgiu, para melhor conduzir nossa análise. Basta observar, inicialmente, a distribuição da posse da terra no Brasil (ver gráficos 1 e 2).

Uma simples constatação aritmética, a partir dos gráficos, permite a primeira conclusão de nossa análise: somente uma terrível mobilização do poder econômico (representada por concessões generosas de terras públicas, incentivos fiscais e fraudulentos e negociatas com os próprios TDAs da reforma), aliada a forte motivação direitista, estão fazendo com que algumas dezenas de milhões de rurícolas tenham seus interesses preteridos em favor de apenas 2,5% de donos de terras do país.

Os movimentos camponeses dos anos 60 (Master, Ligas Camponesas e sindicatos cristãos) estão hoje representados pelo movimento sindical rural liderado pela Contag e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A aliança que se delineou durante a formação do governo Tancredo Neves entre o Estado e esses dois poderosos movimentos assustou o conservadorismo rural brasileiro e

inspirou a formação de uma entidade que pudesse enfrentá-los no campo político. Para manter essa aliança, no setor progressista, seria preciso existir um plano de reforma agrária autêntico que realmente convencesse os trabalhadores rurais. A proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) permitiu essa aliança. O pacto informal foi logo desfeito quando, a 10 de outubro de 1985, a proposta foi substituída por um PNRA redigido por um advogado de latifundiários (ver, do autor, o livro *Caindo por terra*, Editora Busca Vida, 1987, p.186).

Embora tivessem desaparecido dois dos motivos que levaram à aglutinação da direita e ao aparecimento da UDR (a aliança Estado/movimentos camponeses e a ameaça de reforma agrária), a entidade continuou a crescer sob o estímulo de sua terceira motivação original: o preenchimento de um vazio existente nas entidades de representação patronal. Este terceiro motivo do surgimento da UDR é explicado pela pesquisadora Regina Bruno como resultado da brecha existente não apenas nas entidades de representação patronal rural, mas também nos partidos políticos. Na verdade, a Confederação

Nacional da Agricultura (CNA) era dominada por um velho grupo de dirigentes que empalmaram o poder na década de 60 e que se caracterizava por uma permanente subordinação a todos os governos. Por outro lado, os partidos da época, mesmos os conservadores (PDS e PFL) deixavam muito a desejar em termos de combatividade em defesa dos interesses dos donos-de-terra. Muito diferentes dos antigos PRP e Partido Democrático, velhos redutos do patronato rural, o PDS era dominado pela burguesia industrial, enquanto o PFL não inspirava confiança, sobretudo depois que subscreveu, com o PMDB, o protocolo de formação da Aliança Democrática, no qual ambos se comprometiam a executar a reforma agrária.

O economista Graziano da Silva acrescenta ainda a tendência hoje dominante para o aparecimento de entidades de representação patronal rural alinhadas segundo os interesses de categoria de produtos e interesses específicos (Copersucar, ABCZ, Cotrijui, Associação dos Empresários da Amazônia).

A UDR surgiu durante o primeiro semestre de 1985 como consequência de algumas desapropriações efetuadas no estado de São Paulo e que mostraram o sério risco que correria o latifúndio em geral, caso esse exemplo fosse extrapolado na dimensão prevista nas metas do PNRA original.



A aliança que se delineou durante a formação do governo Tancredo Neves entre o Estado e os trabalhadores do campo assustou o conservadorismo rural brasileiro

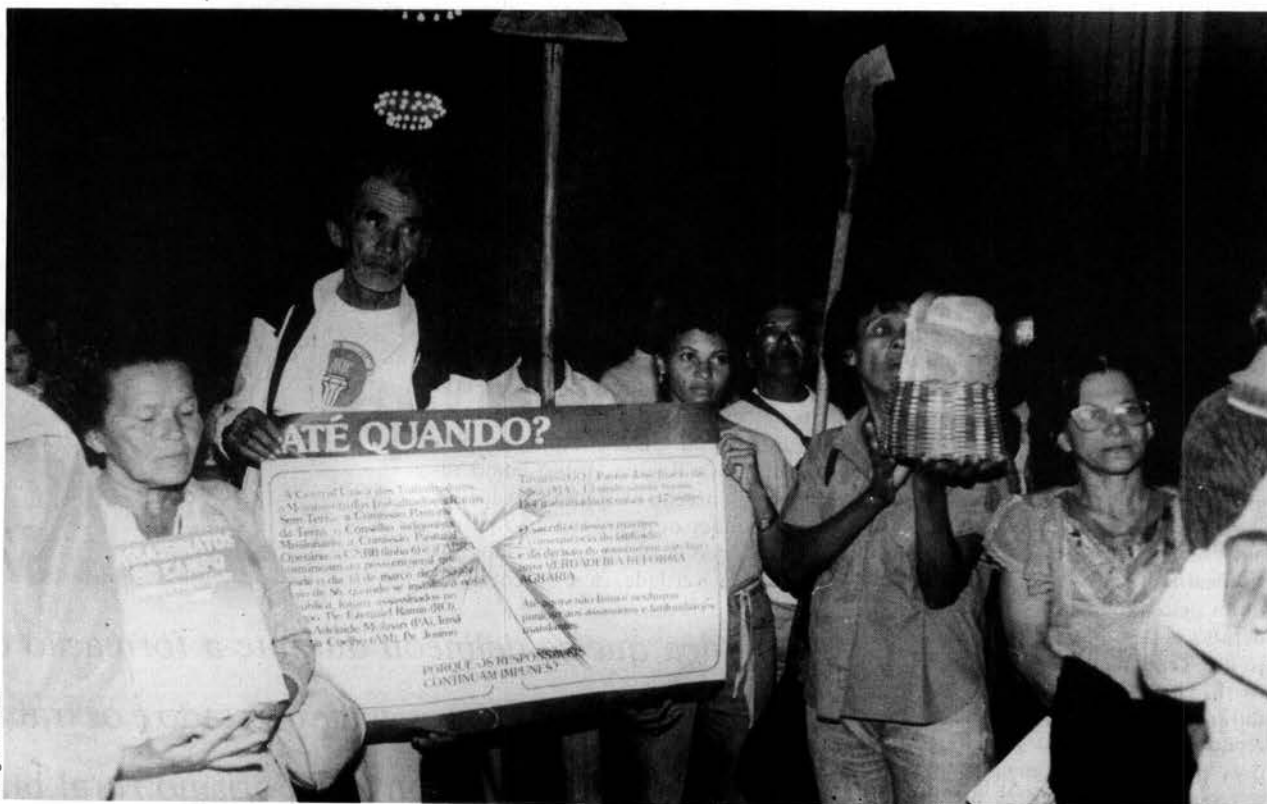
No segundo semestre do ano passado, quando a UDR falava em duzentos núcleos com 230 mil associados em dezenove estados, os objetivos iniciais já referidos foram consideravelmente ampliados à raiz de seu aparente sucesso e da guinada à direita realizada pelo governo Sarney e diversos governos estaduais, sobretudo os de Minas Gerais e São Paulo. Assim, são nítidas as novas tendências do movimento conservador no campo brasileiro:

A despeito de alguns racha ainda não totalmente esclarecidos, a presença e a ação da UDR tem se mostrado bastante conveniente para esses seus aliados de ocasião. Acostumados que estão a resolver seus problemas com recursos mais simples (como o talão de cheque), ter alguém que faça o jogo bruto é, na verdade, uma comodidade para os engravatados da cidade, nem sempre dispostos a correr riscos como aqueles que resultam do emprego da violência.

ções de novembro de 1986, quando foram eleitos os atuais governadores e a Assembléia Nacional Constituinte (na verdade, uma constituinte congressional ou um congresso constituinte), a UDR atuou com discrição apoiando diversos candidatos. Muitos, na ocasião, receosos de complicações com o eleitorado progressista, chegaram a repudiar essa ajuda, mas algumas das alianças então concertadas apareceram muito claramente. Na verdade, a desenvoltura com que certos dirigentes da direita mais feroz começaram a circular pelo oficialismo (caso de Fábio Meireles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo/Faesp, por exemplo), ou as nomeações que começaram a surgir nos órgãos ligados à agricultura e à política fundiária (Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo), passaram a refletir claramente as alianças políticas que ocorreram. Nas eleições municipais de novembro de 1988, a UDR veio à luz do dia com mais decisão e clareza e apoiou abertamente seus candidatos, exigindo compromissos definitivos e ampliando sua máquina de modo a influir decisivamente nesses pleitos eleitorais.

Regina Bruno menciona o "apelo à lealdade" e à união dos proprietários rurais como uma das motivações iniciais da UDR. Essa posição esteve em evidência sobretudo no Rio Grande do Sul, mesmo antes da criação for-

Encontrou o seu Le`Pen em Goiânia, mas fincou suas raízes mais fortes na frente de conflitos agrários da área pioneira e no quartel-general do capitalismo caboclo



mal da UDR, em 1985, com o Pacto da Unidade Rural e os Grupos de Resistência e Solidariedade, e ainda aparece, por vezes, como aconteceu nas ocupações de terra ocorridas durante o ano de 1988 naquele estado.

Uma outra falsa bandeira que a UDR enfuna com grande competência é a falácia semântica. Três fatos mostram como a entidade utiliza esse artifício:

1. *A autotransformação de "classe produtora rural"* — A UDR tem procurado vender a falsa idéia de que apenas os terratenentes são responsáveis pelo processo produtivo na agricultura. Desprezando a contribuição do trabalhador rural que aporta a mão-de-obra e do agrônomo que fornece a tecnologia, a UDR tem tentado monopolizar a produção rural com a mesma voracidade com que concentra a terra. Do ponto-de-vista sociológico é difícil admitir que os senhores da UDR (cujo perfil descrevemos mais adiante) constituam uma classe que produz (o quê? quanto?) e que médicos, advogados e banqueiros que possuem terras ou praticam agricultura como absentistas em tempo parcial podem ser tipificados como rurais.

Um leitor comum, Euclides Rossinholi, da cidade paulista de Ourinhos, colocou o assunto na seção "Cartas" da *Folha de S. Paulo* (02/10/88) com grande propriedade:

"A UDR adora confundir 'proprietários rurais' com 'produtores rurais'. Mas é claro que existe muita diferença entre uma coisa e outra. Podemos ter proprietários que não produzem (arrendam ou mantêm suas terras ociosas) e produtores que não possuem um palmo de terra, como os milhões de bóias-frias, meeiros, arrendatários e outros trabalhadores do campo deste país. A causa da UDR, na sua luta contra a reforma agrária, não é a defesa dos produtores rurais. A UDR defende é o interesse dos grandes proprietários de terras, latifundiários que geralmente mantêm vastas áreas de suas propriedades na ociosidade."

2. *A falácia da propriedade produtiva* — Esse inciso da Constituição transformou-se na grande bandeira política da UDR. Trata-se, na verdade, de uma deformação conceitual e uma impropriedade semântica, escondendo uma armadilha legal e uma tática latifundista. Explica-se:

a) *deformação conceitual* — O IBGE trabalha com "terras produtivas não utilizadas" para identificar as superfícies dos estabelecimentos "constituídas pelas áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas e

não estejam sendo usadas para tais finalidades". Em outras palavras, trata-se de terras passíveis de aproveitamento agropecuário, mas que não estão tendo utilização econômica. Está claramente embutido na expressão o conceito de que o "produtivo" refere-se à fertilidade ou à capacidade de produzir. Assim, de acordo com esse conceito, o IBGE registra para 1980, em todo o país, a área de 24,7 milhões de hectares (praticamente a superfície do Estado de São Paulo) sob a rubrica de "terras produtivas não utilizadas", correspondentes a 1,1 milhão de informantes.

O antigo Incra, em suas Estatísticas Cadastrais, utilizava a expressão "área aproveitável não explorada", para caracterizar "a área total do imóvel, excluídas as terras de reserva legal, as terras inaproveitáveis e a área explorada". Com esse critério, identificou, em 1978, 161,5 milhões de hectares correspondentes a 2,2 milhões de imóveis rurais;

b) *impropriedade semântica* — Segundo Aurélio Buarque de Hollanda, falecido recentemente, "produtivo"



Luiz Novaes/Aq. Folhas



Luiz Novaes/Aq. Folhas

A UDR procura aparentar bom-mocismo para contrabalancear a imagem dos rifles e trabucos. Essa política ficou clara na ostentação exibida durante a campanha para socorrer os desabrigados pelas enchentes

O militante uderista



Fabio Salles/Agência Folhas

Ronaldo Caiado: o aparente "bom-mocismo" contrasta com discursos agressivos

Ideologia

"Ora definindo-se ideologicamente de direita e admirador de Jacques Chirac, primeiro-ministro da França, ora definindo-se como liberal, pela livre iniciativa e pelo direito de se fazer representar politicamente, Ronaldo Caiado, oriundo de um dos mais tradicionais clãs de Goiás, reúne em si a função de ideólogo e principal articulador da entidade" (Regina Bruno, 1987); "liga-se à direita mais radical do país" (Plínio Guimarães Moraes, 1987).

Atividade econômica

Está intimamente relacionada aos interesses pecuários, extrativos e especulativos (idem). Em todas essas atividades, o slogan da "classe produtora rural" é quase sempre desmentido diante da baixa produtividade e da primitiva tecnologia que empregam. Em alguns casos, sobretudo na pecuária, a tendência é para a ostentação de cavalos premiados e vacas campeãs, sempre que o uderista é

também banqueiro, loteador urbano ou industrial.

Linguagem

Pitoresca, geralmente ligada ao criatório primitivo ("queixada fora do bando é comida de onça"). É interessante ver, por exemplo, o documento "Citricultura — as fábricas de suco abrem preço e começam a comprar laranja: os citricultores são os primeiros a serem esmagados", da UDR Regional São Paulo.

É também caracterizada pela agressividade: "O governo Sarney é ineficaz e incompetente" (Ronaldo Caiado, no *Correio Popular*, 12/12/87, p. 11); "tornar a Constituição própria para o lixo" (Antonio Coelho de Mello Lemos, UDR de Cássia, MG, *O Estado de S. Paulo*, 09/08/88, p. 2).

Idade

Andam pela meia-idade, com tendência para alcançar a juventude (ver "agro-boys" e "agro-girls" em Brasília, movimentos universitários como o de Piracicaba), preocupada em manter as terras e o padrão de vida havidos ou a haver em herança. Esta tendência aparece com grande ênfase no discurso do uderista jovem.

Preocupação

Nota-se a preocupação do uderista em mostrar-se como o "novo", moderno. "Habilmente, o ator principal da UDR — seu presidente Ronaldo Caiado — conseguiu tornar-se a personificação de valores universalmente aceitos tais como a produtividade e a eficiência" (Graziano da Silva, 1988).

Caiado diz que gosta de ser símbolo sexual rural (*Folha de S. Paulo*, 21/08/88, p. A-5). Esse novo componente, inclusive de sexologia (há sexo rural?) merece maior aprofundamento.

Alianças

A UDR e o uderista articulam-se com as classes dominantes em geral. O folheto "A ocupação de terras", de Arruda Camargo, de 05/10/86, foi financiado pelas Indústrias Votorantim do Grupo Ermirio de Moraes. São ostensivos os contatos com a Bolsa de Valores de São Paulo, Fiesp e UBE. Tem forçado (e conseguido) uma penetração no segmento da pequena e média empresa. As posições de alguns dirigentes nesta área são de apoio ou de simpatia pela UDR, sobretudo na faixa do deputado Afif Domingos (PL/SP), na área urbana, e da OCB no meio rural. Tem ramificações também no seio da Igreja, via TFP e pa-

dres-fazendeiros (ver a respeito "CNBB preocupada com o aparecimento dos padres ruralistas", *Folha de S. Paulo*, 13/06/88, p. 13, onde surgem as figuras dos bispos de Barretos, dom Antonio Maria Mucciolo e do cônego Eduardo Rebouças de Carvalho, de Lins, ligado à UDR regional de Marília).

Postura

O uderista é geralmente ufanista ("somos responsáveis por mais de 50% dos dólares que entram no país") e ostentatório: carro novo, jatinho, caminhote de tala larga, "boa pinta", são marcas conhecidas de seus militantes. Alguns são figuras conhecidas pelo folclore local como "pão-duros", principalmente para os seus trabalhadores.

A megalomania ajuda a montar o perfil do uderista: "A UDR mobilizará entre 1 e 2 milhões de brasileiros para um protesto que será o maior da história do Brasil" (*O Globo*, 13/09/87, p. 12).

Hábitos

Ostentam hábitos aristocráticos: alguns são jogadores de pólo, outros praticam a caça montada como na elite inglesa. Nesse contexto a UDR aparece com contornos semelhantes a de uma atividade clubística, ao gosto dos seus associados. Reúnem-se para fazer praça dos seus últimos sucessos e gozar (não sem carradas de razão) o governo. As feiras, exposições e festas de peão de boiadeiro têm contribuído para a promoção da UDR, já que a pecuária extensiva, o rodeio e os leilões são ingredientes muito associados ao perfil da entidade. Aqui, o modismo pelas vacas premiadas e cavalos campeões, que domina muitos novoricos da indústria e do mundo dos bancos, tem ajudado a promover a UDR.

A imprensa especializada desse subsector do criatório também fecha com a UDR. Por outro lado, frente a este perfil, não é de se estranhar que a famosa dupla sertaneja Chitãozinho e Xororó tenha declarado que não cantaria em um comício da UDR porque "somos a favor da reforma agrária".

A conexão médica

A figura dominadora de Ronaldo Caiado tem seduzido muitos médicos fazendeiros a se filiarem à UDR. Essa tendência tem sido facilitada pela presença de muitos profissionais de medicina na agropecuária, seja pela base comum de biologia que essas duas atividades apresentam, seja pelas suas facilidades tributárias e creditícias e pela possibilidade da ocupação parcial do tempo dos médicos. (JGS)

quer dizer "que produz, fértil", mostrando claramente uma conotação de capacidade de produzir, de fertilidade intrínseca. Não obstante, a terra, com essa qualidade, pode ter um potencial produtivo, mas não se encontra sob uso econômico, ou "em utilização", como estabelece o IBGE, ou "em exploração" como queria o Incra. Para Aulete, produtivo é o que produz ou pode produzir, fértil, mostrando novamente a conotação potencial e a de fertilidade;

c) *armadilha legal e tática latifundista* — Na prática, o preceito de que terras produtivas não podem ser desapropriadas, restam apenas, para essa finalidade, as terras improdutivas. E se, eventualmente, os tribunais se fixarem no conceito de fertilidade (mais preciso), ficarão para a reforma agrária apenas os carrascais, charcos, areiões, piçarras e pirambeiras. E isso, é claro, nem os trabalhadores nem a racionalidade aceitarão.

3. *Produtor versus fazendeiro versus terratenente* — O uderista jacta-se de ser "produtor" em vez de dizer-se "fazendeiro" (fazendeiro é o agricultor que cultiva uma gleba com certo nível de organização e mantém contato permanente com ela e com seus empregados, como me ensinou uma vez Renato Ticoular). Isso não acontece por acaso. Com essa autoqualificação, o uderista foge da tipologia de titular de "empresa rural" que o Estatuto da Terra define com precisão e que poderia complicá-lo em termos de enquadramento para fins de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária; e procura uma promoção quando, na realidade, for simplesmente um latifundiário, igualmente caracterizado na lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Em muitos casos a terminologia correta a utilizar seria simplesmente latifundiário, "dono-de-terra" ou, mais precisamente, "terratenente", vocábulo expressivo existente na língua portuguesa.

A defesa da livre iniciativa (Ronaldo Caiado de Castro) e da economia de mercado (Flávio Teles de Menezes) são também constantemente esgrimidas pelos uderistas. Praticam aqui a conhecida doutrina de privatizar os lucros e tentar socializar os prejuízos. Os exemplos mais conhecidos dessa verbalização residem no apoio que a entidade emprestou às emendas constitucionais em favor da anistia das dívidas resultantes do Plano Cruzado, e da proposta de desapropriação das fábricas de suco de laranja atualmente paralisadas. Aqui uma enorme faixa, acima dos bonés dos uderistas, pedía para as indústrias uma punição que eles nun-

ca admitem para as suas terras ociosas durante concorrida reunião realizada em Itápolis (SP), em 21 de abril de 1988.

Finalmente, a UDR procura aparentar bom-mocismo para contrabalancear a imagem dos rifles e trabucos. Essa política ficou clara na ostentação exibida durante a campanha para socorrer os desabrigados pelas enchentes do Rio de Janeiro e do Acre, no início de 1988, e no artigo de Ronaldo Caiado sob o título "A semente e o pastor" (*Folha de São Paulo*, 2 de maio de 1988, p. 3).

Nos próximos meses, a tendência da UDR será a de assegurar os privilégios que conquistou na Constituição. Delineiam-se, também, algumas fricções com a nova CNA presidida, agora, por um outro orador contumaz, o deputado-agrônomo Alysso Paulinelli (PFL/MG). O bloco patronal que se formou inicialmente em torno da UDR para combater a reforma agrária começa a romper-se com algumas lutas intestinas muito claras: a briga Fasp versus Associtrus e a divergência SRB versus UDR na questão da anistia das dívidas do Plano Cruzado são bons exemplos disso. Mesmo na "mídia", o dinheiro da UDR já parece não ser suficiente: o editorial da *Folha de São Paulo* de 4 de julho de 1988 ("A outra face de Caiado") e o desabafo de Otávio Mello Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional da Agricultura ("em vez de bater na porta, a UDR arromba a porta") começam a indicar fissuras e brigas à vista. É difícil dizer se o bom-mocismo e o paternalismo da UDR serão suficientes para segurar as disputas que começam a surgir e tendem a aumentar na medida em que o personalismo crônico dos dirigentes patronais rurais ameace a liderança de Ronaldo Caiado.

A médio prazo prevê-se igualmente um arrefecimento do modismo direitista e dificuldades políticas resultantes do engajamento da UDR nas disputas municipais, uma área onde é muito difícil prosperar com o perfil elitista que descrevemos. Além disso, dificilmente Ronaldo Caiado resistirá à "mosca azul". Deverá iniciar um vôo fatal, liderando um bloco de extrema-direita ou mesmo um partido agrário, tantas vezes ensaiado.

Num horizonte mais distante, é de prever-se a radicalização crescente da UDR em busca de espaço político. Nesse particular existem indícios de que já foi montado no Brasil um cenário muito parecido com o da República de Weimar (ver a respeito nosso artigo "Weimerização também na agricultura", *Folha de S. Paulo*, 24/07/88),

com os componentes muito nítidos da dívida externa, do "déficit" público e do latifundiário nativo repetindo o "juncker" prussiano. Aqui, resta apenas resolver a incógnita militar, apesar da participação ostensiva do coronel Brilhante Ustra nas manifestações que a UDR realizou em Brasília em 10 de julho de 1987. A UDR não terá um futuro diferente do ciclo pendular que tem caracterizado os movimentos do patronato rural no passado. Tal como vaticina Graziano da Silva: "E não é apenas a nova Constituição que terá vida curta: os vitoriosos de hoje também! Refiro-me especialmente à UDR, que teve o mais extraordinário crescimento que já vi de uma organização neste país".

José Gomes da Silva é engenheiro-agrônomo, fazendeiro em São Paulo e conselheiro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

Lembre-se

"A direita alemã queria liquidar com a República e retornar à Alemanha imperialista na qual todos os seus antigos privilégios seriam restaurados", não obstante todas as concessões que lhe fez, durante toda a sua existência e a República, permitindo "que o Exército mantivesse um Estado dentro do Estado, que os homens de negócio e banqueiros auferissem grandes lucros, que os Junkers conservassem suas fazendas antieconômicas, através de empréstimos governamentais que nunca foram ressarcidos e raramente utilizados para melhorar suas terras". Pois nada disto valeu à República a lealdade e o reconhecimento das forças conservadoras. Solapando-se incessantemente, terminaram por derrubá-la, em aliança com Hitler.

(in Faraco de Azevedo, Plauto. *Limites e justificação do poder do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1979, p.110)

"Não foram nem a inflação nem a depressão que serviram aos nazistas, mas as medidas tomadas para debelar a primeira. Em 1924, as autoridades social-democratas, premiadas de um lado pelo peso da dívida externa (...) e de outro pelo enorme déficit público, tomaram medidas saneadoras que resultaram, somente no que diz respeito aos servidores públicos, no desemprego de 750 mil pessoas".

(Coelho, Carlos. 1988, *Transição Weiraranem, Diário do Sul*, Porto Alegre, RS, 18 de maio, p. 5)

"Em matéria agrária, o conflito e o impasse aumentam. E já temos no campo um Le Pen brasileiro crescendo pela extrema-direita".

(Lucas Coelho, João Gilberto. 1988, *A questão da reforma agrária na Constituinte, Diário do Sul*, Porto Alegre, RS, 17 de maio, p. 2)

A "BESTA-FERA" DA MODERNIDADE

Não basta denunciar a violência praticada contra os trabalhadores rurais. É preciso repensar as análises sobre as relações de classe no campo e responder às exigências da construção democrática no país

Regina Bruno

Para entender a atuação da UDR na atual conjuntura política é importante considerar que essa entidade é, ao mesmo tempo, a expressão de dois movimentos: um ruralista e outro político, mais abrangente. Quando despontou no cenário brasileiro como uma resposta à crise de representação sindical patronal, a UDR trazia características inovadoras. Ela apareceu apropriando-se de formas de luta e de ação que, até então, pareciam ser monopólio do movimento popular e de esquerda: a luta de massas que se expressa no uso da organização de massa e na ação direta para a conquista de coisas concretas (Bernardo Carlos Wainer, *Seminário sobre questão agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Abra, 1988).

O discurso da UDR, ao passo em que referenda — a partir de novos parâmetros — a improdutividade, o monopólio e a especulação com a terra, não se restringe exclusivamente à questão da propriedade fundiária, e busca legitimar-se enquanto entidade capitalista, dotada do saber e do capital, portanto, com direito às "benesses"



João Roberto Ripper

do Estado e a um lugar no bloco dominante. É através desse discurso que a UDR disputa politicamente com o movimento sindical dos trabalhadores rurais os pequenos produtores modernizados, e que ela se contrapõe aos que estão demandando efetivamente a terra.

Isto não basta para explicar porque a UDR, na sua trajetória, extrapolou o espaço do movimento ruralista e definiu-se também enquanto um movimento político mais abrangente, como uma tentativa de organização da direita neste processo de transição para a democracia. Estas duas dimensões — movimento ruralista e movimento político — estão coesamente relacionadas, e uma não poderá ser pensada sem a outra, pois certamente condicionam a prática, os limites e as perspectivas da UDR hoje.

Amadorismo — Duas facetas marcaram a atuação da UDR neste momento de transição democrática: a participação nas eleições municipais do ano passado e a prática da violência nas regiões de conflito de terra. Sua atuação nas eleições municipais caracterizou-se pelo amadorismo e a inabilidade política, além de reafirmar a sua vocação totalitária que manifestou-se na obsessão com o estudo sobre a personalidade dos candidatos, na intimidação e no desprezo pelas regras do jogo da política institucional, já autoritárias. Os seus dirigentes acreditaram possuir representatividade e deter força política suficiente para negar, transgredir e atuar acima das regras institucionais e além das demais organizações patronais rurais. Eles foram incapazes de perceber que o processo político é muito mais abrangente que os seus interesses de classe e que a hegemonia não se resume a números e percentuais.

A UDR estabeleceu como prioridade apoiar aqueles candidatos indicados pelos parlamentares identificados com as suas teses, mas equivocou-se ao pensar que as alianças políticas seladas na Constituinte seriam desdobradas nas campanhas municipais e que a crise partidária teria esgotado de vez a força e a representatividade dos partidos políticos. E foi surpreendida pela dinâmica particular das alianças políticas locais. Nem todos os grandes proprietários de terra aceitaram a tutela política da UDR e foram diversos os atritos com as organizações patronais regionais. No Espírito Santo, por exemplo, acirraram-se as divergências entre a Federação da Agricultura e a UDR local.

Finalmente, houve municípios em que todos os candidatos à prefeitura foram apoiados por representantes da UDR, gerando com isso inúmeras cri-

ses internas e rachas. Feira de Santana é, talvez, o exemplo mais expressivo.

A UDR também não conseguiu ampliar-se para além de suas fronteiras políticas e de classe. O seu discurso manteve-se muito restrito aos interesses da grande propriedade, e mesmo a defesa da livre iniciativa não vingou por apresentar-se por demais geral e inconsistente, não lhe permitindo obter uma maior credibilidade e apoio. Num país eminentemente urbano e industrial como o Brasil, dificilmente o setor agrário representado na UDR aglutinará em torno de suas propostas os interesses do conjunto das classes dominantes. Além do mais, a intransigência e a marca da violência que acompanham a prática da UDR atemorizam as elites políticas e o empresariado brasileiro por não ser conveniente negociar abertamente com um grupo que explicitamente assume uma posição de direita.

Derrota — A UDR, sem dúvida, obteve alguns ganhos nas eleições municipais mas foi politicamente derrotada. A UDR foi derrotada, em primeiro lugar, pela vitória do PT que soube aglutinar a insatisfação e o descrédito do povo na capacidade do governo Sarney e das elites políticas tradicionais em promoverem mudanças. A vitória do PT redefiniu também um novo quadro político desfavorável à direita.

A UDR foi derrotada, ainda, porque foi preterida por todos como uma possível alternativa às eleições presidenciais. A figura de Caiado — apesar de ser nacionalmente reconhecida como uma força política organizada, expressiva, carismática e jovem — foi descartada de antemão como possível candidato. Ele poderá, inclusive, vir a candidatar-se, mas a sua representatividade ficará restrita aos setores de classe e à tendência política da qual é porta-voz. Enfim, a UDR foi derrotada porque seus resultados eleitorais apresentaram-se muito aquém das expectativas. O indicio mais evidente é que hoje seus representantes, quando indagados, esquivam-se aos números e aos nomes.

Ao perder no campo político, a UDR também perdeu no terreno sindical para as demais organizações patronais rurais. Acuada, derrotada politicamente e sem apresentar nenhum resultado eleitoral realmente importante, terminou para a UDR o período de reconhecimento do PT como o único partido ideológico existente e a fase das declarações contra a “esquerda de boutique”. Toma lugar no cenário político nacional a prática da UDR tão conhecida pelos trabalhadores rurais: a ameaça e a intimidação. E descobre-se então que a UDR morde.

No entanto, pode-se contabilizar alguns avanços para a UDR. No que é possível perceber ela saiu reforçada no centro-oeste do país. No Estado do Tocantins — que já estreou com fraude no cenário político — a sua presença é marcante (ver *Correio Braziliense*, 16/11/88). A UDR conseguiu ainda ampliar suas regionais no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, dois estados onde o seu trabalho político era particularmente difícil. Ela obteve uma maior aproximação com os usineiros, apesar da derrota de Rockfeller de Lima, candidato do PFL à prefeitura de Campos (RJ). Ela mobilizou e fortaleceu a UDR-Jovem, que representa hoje o eixo prioritário da formação de novos quadros políticos. Finalmente, a UDR soube aproveitar-se habilmente da situação de endividamento dos pequenos produtores para intensificar



João Roberto Ripper

o seu trabalho político nos centros agro-industriais e nas regiões onde o movimento sindical não é dos mais expressivos. Ao mesmo tempo em que oferecia-lhes assessoria jurídica, a UDR reivindicava o apoio dos pequenos produtores para os seus candidatos.

Com relação à prática da violência, é por demais conhecida e tem sido seguidamente denunciada pelos trabalhadores rurais a disseminação sem precedentes de um clima de terror na área rural capitaneada pela UDR. É lógico que publicamente ela sempre negará a responsabilidade pelas “mortes anunciadas”, além de declarar não ser responsável pela ação de seus associados. Ao mesmo tempo em que a UDR nega a violência, ela sinaliza na grande imprensa a sua posição sobre a questão. O seu discurso é todo permeado pela avaliação sobre a inevitabilidade do enfrentamento entre trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra e sobre o uso da força como condição para a solução dos conflitos de terra.

A UDR considera “inevitável” o confronto com os trabalhadores rurais que lutam pela posse da terra



Manutenção do trabalho escravo e reprodução do cativo: a meta de uma violência que não é só da UDR

Para a UDR, a “sensação” de ameaça é o critério que legitima qualquer ação violenta (ver *Senhor*, 03/06/86; *Isto É*, 14/05/86; *Jornal do Brasil*, 02/07/88).

Violência — É importante refletir sobre alguns aspectos mais gerais da questão. Por qual motivo a violência é um componente tão marcante das classes dominantes no campo? No Brasil, quando representamos os grandes proprietários de terra, pensamos a classe entrincheirada atrás de milícias e capangas. Esta reação tão absoluta e radical que não admite negociações decorre talvez da existência de uma outra classe — o pequeno produtor — para quem o acesso à terra é também a condição da sua reprodução enquanto classe, e cuja existência põe a nu os privilégios e as limitações do padrão de propriedade fundiária vigente.

Mas isto não é suficiente como explicação. É importante perceber ainda que a burguesia rural no Brasil é portadora de determinados valores e vai construindo uma determinada maneira de pensar e agir sobre o mundo que referenda e reafirma a violência. Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida, “o princípio de agir violentamente nas relações de antagonismo e disputa pela terra tem sido fortalecido e estimulado por padrões inerentes à formação dos latifundiários” (“Conflitos sociais no campo e cidadania”, in Fagardo, Elias. *Em julgamento a violência no campo*, Rio de Janeiro, Vozes/Fase, 1988).

A UDR inova porque estamos “diante de uma violência rural e de um certo tipo de banditismo que despiu as formas tradicionais para se adaptar as novas formas de ocupação da terra, ditadas pelos interesses concentracio-

nistas de grandes grupos econômicos” (op. cit., p. 139). Mas nem toda violência procede da UDR ou da conivência do Estado. Existem outros personagens na história como, por exemplo, as grandes empresas nacionais e multinacionais que freqüentemente recorrem a milícias particulares como suporte para a manutenção do trabalho escravo e a reprodução do cativo. Há ainda a omissão daqueles setores das classes dominantes que hoje levantam a bandeira da democracia ao mesmo tempo em que silenciam sobre a violência no campo. Poucas vozes repudiaram publicamente os assassinatos e quando o fizeram denunciaram “os revólveres de alto calibre que valem mais do que as leis” (*Folha de S. Paulo*, 05/01/89). Contudo, esqueceram os mandantes.

Esta omissão é enganosa, mas ela traduz o fato de que hoje a propriedade fundiária está mais cercada, pois a integração de capitais no campo criou, em nível das classes dominantes, interesses muito mais amplos. E a burguesia rural sente-se mais protegida porque não conta apenas com aliados potenciais mas com aliados que têm interesses comuns. Tudo isso numa sociedade que deixa intactos os instrumentos de violência e se permite a valorização da esperteza perversa, onde o “vale-tudo” dos personagens “maus” rouba o papel dos demais.

Outras facetas — É um equívoco limitar a ação da UDR apenas à sua face trágica, porque isto só dificulta a percepção de suas demais facetas. Nas regiões de conflitos de terra, por exemplo, ao mesmo tempo em que a UDR ameaça e persegue, ela também promove invasões e dá apoio operacional aos assentamentos (*Gazeta de Vitória*, 22/09/88, e *O Fluminense*, 04/10/88). E o faz apenas com o intuito de confundir e dividir os trabalhadores rurais.

Há uma dificuldade para compreender que o fenômeno UDR não se limita à questão da propriedade fundiária. A grande imprensa, por exemplo, anunciou o seu fim após a votação sobre a reforma agrária na Constituinte e muitos acreditaram. Mas a grande imprensa estava realmente interessada em neutralizar a importância da vitória da UDR: uma força política extraparlamentar que, naquele momento, se sobrepôs às regras do Congresso Constituinte. Os excessivos prenúncios sobre o fim da UDR só indicam que olhamos a árvore e não percebemos o bosque. Isto ocorre não apenas com a UDR, mas com as demais organizações da burguesia rural e dos setores agro-industriais como, por exemplo, a Organização das Cooperativas do

Brasil (OCB), que se pretende — com a sua ideologia cooperativista — uma alternativa democrática para a agricultura, e a Sociedade Rural Brasileira, representante do grande capital e que senta-se à mesa das negociações para avaliar o que há de mais atrasado no pacto social. Todas elas apontam para o fato de que vivemos um momento político mais abrangente de um processo de fortalecimento das classes dominantes no campo. É o coroamento, em nível político e de projeto de classe, de todo um processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que afeta o modo de ser e o situar-se das classes sociais em seu conjunto.

O fim da UDR dificilmente iria alterar a revitalização do sindicato patronal, a marca do enfrentamento hoje, e a maior articulação entre os diferentes setores da burguesia — conflitantes, é certo, mas nem por isso ineficazes na dominação. Portanto, são importantes — mas não bastam — os protestos, as denúncias e as exigências de rigor na apuração dos assassinatos. Como também não bastam a coragem e o empenho dos trabalhadores rurais.

Por que o movimento social no campo e seus pares, apesar dos avanços, não conseguem responder de uma forma mais eficiente à questão da violência? Por que eles não conseguem nem mesmo proteger os seus “jurados de morte”, nem evitar as mortes anunciadas? Por que o discurso da UDR e da OCB divide os trabalhadores rurais? Estamos muito defasados em nossas reflexões sobre a questão agrária no Brasil. Evitamos repensar a questão das alianças de classe para além das fórmulas teóricas já consagradas, onde as demandas dos trabalhadores rurais estão subordinadas aos interesses de uma suposta classe com vocação revolucionária. Pouco conhecemos sobre as classes dominantes no campo e sequer abo- limos a noção da diversidade das lutas dos trabalhadores rurais, quando pensadas como fatos particulares que se relacionam num determinado momento da história devido a determinados fatores econômicos, sociais e políticos. Nunca é demais recordar que nenhum movimento social, nenhuma reivindicação, nenhum programa político-partidário, nenhuma teoria será eficaz na luta pela construção da democracia enquanto existirem trabalhadores rurais massacrados, enganados pelo discurso dominante e constantemente relegados à sua própria sorte.

Regina Bruno é professora e pesquisadora do CPDA/UFRJ.

DIREITA RURAL SONHA MAIS ALTO

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, recebeu carta branca para negociar sua candidatura à presidência da República com os partidos da ordem que defendem a iniciativa privada e o direito de propriedade. Entusiasmado com sua ascensão meteórica no cenário político nacional, refletida em constantes aparições nos meios de comunicação, o líder dos grandes e médios proprietários rurais quer alçar vôo mais alto. E, novamente, lança mão de um artifício que, nas eleições municipais do ano passado, tornou-se uma faca de dois gumes: a hiperinflação verbal.

Em notícias "plantadas" na imprensa, a UDR garantiu que faria a meta de dos prefeitos de 4,3 mil municípios brasileiros. Após as eleições, registrou-se a conquista de apenas 30% das prefeituras. Já em dezembro, a meta ficou ainda mais baixa: somente mil prefeitos, ou 23% (*Correio Braziliense*, 13/12/88).

O procedimento de brincar com dados estatísticos — sempre superestimados — é peculiar à prática da entidade, cujo líder tem propensão à megalomania. Segundo uma pesquisa de opinião realizada em Goiânia, no estado onde nasceu a UDR, 62,2% das pessoas consultadas disseram que não votariam em um candidato pela simples indicação de Ronaldo Caiado (*Correio Braziliense*, 15/08/88). O que não dizer, então, se o candidato for ele mesmo!

Salada partidária — A UDR encara a campanha presidencial como um momento decisivo para sua afirmação política. Por isso, a entidade investiu pesado no pleito de 15 de novembro de 1988, tentando assegurar uma base de sustentação para seu candidato, independente das siglas partidárias. A realidade dos números eleitorais desbancou as pretensões da UDR. Mesmo assim, a entidade conseguiu se afirmar, principalmente nas regiões dominadas pelo complexo agro-industrial e pelas oligarquias tradicionais do interior de

Exageros verbais e propensão à megalomania fazem da UDR a expressão mais atrasada da ideologia neoliberal. E para quem pensa disputar a presidência da República, os resultados das eleições de novembro de 1988 não foram tão animadores. Existe, porém, uma outra realidade: a violência continua, a direita latifundiária está mais organizada e os partidos de esquerda não conseguem entender a complexidade do campo

São Paulo, Minas Gerais, Paraná, região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins) e sul do Pará. Houve também um avanço entre os pequenos proprietários do Paraná.

As siglas usadas formam um amplo leque. O PMDB serviu de etiqueta em Minas, São Paulo e Paraná, e recebeu os maiores investimentos da entidade. Com esse partido, a UDR ganhou Redenção e Altamira, no Pará.

Os candidatos do PTB receberam apoio nítido em vários estados: Presidente Prudente (SP), Porto Velho (RO), Campo Grande (MS), Cachoeiro do Itapemirim (ES) etc.

O PFL conquistou várias prefeituras, usando recursos oriundos da UDR: Colatina (ES), Uberaba (MG) e Curitiba (MT).

O PDC apresentou às claras sua apresentação direitista ligada à UDR: Ribeirão Preto (SP), Marabá (PA), Rio Verde (GO), Senador Moisés Abraão (TO) e Ponta Grossa (PR).

O PDT não escapou de sérias contradições e fez quatro prefeituras no sul do Pará, com o apoio da UDR: Conceição do Araguaia, Xinguara, São Geraldo e Santana do Araguaia. Em São Luís (MA) o vice-prefeito, Magno Bacelar, é membro da UDR.

O PDS elegeu candidatos representativos da oligarquia rural em Rio Bran-



José Luz/Agência Folhas

co (AC), Imperatriz (MA), Uberlândia (MG), São Borja e Santa Maria (RS) e oito prefeituras no Vale do Ribeira (SP).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) não se furtaram a subir nos palanques com membros da UDR para apoiar o governador eleito Siqueira Campos (PDC) no novo Estado de Tocantins.

Ambições frustradas — Neste pleito, a UDR perdeu em algumas áreas consideradas de grande importância geopolítica. Em São Paulo, a vitória do PT na capital e em seis dos onze maiores colégios eleitorais superou suas pro-

Ideologia neoliberal — A UDR tentou mobilizar candidatos pluripartidários ao redor da bandeira neoliberal: defesa da livre iniciativa, da propriedade, contra a intervenção do Estado.

A incompetência do governo e das esquerdas foi sempre um tema favorito da entidade; seus candidatos cansaram de falar de honestidade e competência. Porém, a bandeira da "justiça social" está ausente de seu vocabulário. Falando de honestidade, inúmeros candidatos da UDR usaram os velhos expedientes da corrupção, compra de votos etc.

Ultimamente, o radicalismo e a petulância de Ronaldo Caiado passaram a ter um desdobramento novo: entrou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com a delicadeza de um elefante numa loja de louça e chamou os empresários paulistas de incompetentes e "parasitas do Estado" (*O Estado de S. Paulo*, 02/12/88). O líder da UDR pretende ser o único messias da ideologia neoliberal. Mas, como se sabe, os grandes ruralistas foram sempre os mais beneficiados pelos incentivos fiscais e financiamentos do governo.

Na verdade, a questão da anistia bancária para pequenos e médios produtores, votada na Constituinte, foi um divisor de águas entre empresários industriais e rurais. Muitos industriais se opuseram à essa socialização dos prejuízos pelo Estado, pouco comum ao dogma da livre iniciativa. Cabe frisar, ainda, que não existe nenhum país capitalista do mundo onde os mercados agrícolas funcionem segundo o modo liberal. O próprio governo do ex-presidente Ronald Reagan liberou, em 1985, subsídios para agricultura equivalentes a 28 bilhões de dólares (*Le Monde Diplomatique*, dezembro de 1987). O slogan era "menos Estado, menos imposto".

Grandes desafios — A UDR está radicalizando sua postura, salientando que trata-se, hoje, de decidir entre posições antagônicas à esquerda ou à direita. O discurso fascista de extrema-direita é perceptível. Pretende reduzir o debate à suposta escolha entre a competência e o caos (estatização *versus* esquerdismo radical). As provocações vão tentar atropelar o processo de eleições presidenciais. Há algum tempo, a entidade considera o senador Mário Covas como seu "inimigo nº 1", dando-lhe a pecha de "comunista". Nesta altura, falta vocabulário para caracterizar o virtual candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

Na zona rural, dois fatos merecem uma atenção especial:

1. Há indícios de um recrudescimento da onda de violência e do terrorismo articulado de direita. Menos de um mês após as eleições, cinco pessoas foram assassinadas por questões ligadas à terra: dois trabalhadores rurais da Bahia, entre eles o presidente do STR de Várzea Grande; dois posseiros em Colméia, no Tocantins; e o deputado estadual pelo PSB, João Carlos Batista, assassinado em dezembro de 1988, em Belém (PA). Ele era advogado de posseiros e pequenos produtores e seu partido acusou abertamente a UDR. No Mato Grosso, no município de Porto Alegre do Norte, o ex-prefeito, Rodolfo Inácio Alexandre ("Cascão"), da corrente popular do PMDB, foi vítima de um atentado junto com a mulher, em novembro, cinco dias após a eleição. Cabe lembrar ainda o atentado contra José Rainha Júnior, da direção executiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também em novembro, no Espírito Santo.

2. O avanço desigual dos partidos progressistas no interior deixa muitas interrogações. Várias razões podem ser apontadas: subestimou-se a força das oligarquias rurais que souberam canalizar o descontentamento contra o governo e o PMDB. A questão principal, no entanto, vai além. Pergunta-se se o programa e discurso dos partidos progressistas (PT, PSB, PDT e PSDB, em alguns lugares) são adaptados à realidade do campo. No Paraná, os pequenos produtores votaram maciçamente na direita. Na Amazônia legal muitos posseiros em áreas de conflitos não votaram nos candidatos progressistas.

Os partidos de esquerda, considerando os operários e alguns setores de classe média como forças essenciais de mudança, não conseguem encarar a complexidade do campo. O modelo de socialismo apresentado não corresponde à realidade do campo e pode afastar muitos pequenos produtores.

Por outro lado, estes mesmos partidos estão pouco preocupados em apresentar alternativas para uma nova política agrícola. Nesse sentido, a direita latifundiária está mais organizada e preparada através da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da própria UDR. Resta saber até que ponto essa organização incidirá sobre uma eventual candidatura presidencial de Ronaldo Caiado.

Extraído de um texto do Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).



UDR em Brasília: poder de exibição

res expectativas. Na área rural, duas prefeituras conquistadas pelo PT têm grande peso simbólico: Ronda Alta, onde se deu a ocupação da fazenda Annoni (RS), e Jaboticabal, na área canavieira de São Paulo.

No Rio de Janeiro, a UDR tentou, a qualquer custo, ter uma vitrina para dentro e fora do país. Fracassou na sua implantação, sendo derrotada em Campos por Anthony Garotinho, deputado estadual do PDT. No Espírito Santo, a entidade teve um voo mais curto do que esperava. Prometeu receber 70% dos votos e obteve só 13% (*Jornal do Brasil*, 22/11/88).

O Nordeste continua sendo o ponto vulnerável da UDR. Conseguiu se implantar em apenas quatro dos nove estados: Maranhão, Bahia, Pernambuco e Paraíba. Na Bahia, em Feira de Santana, venceu o candidato do PMDB, combatido pela UDR que se rachou nesta campanha.

LATIFÚNDIO SINÔNIMO DE VIOLÊNCIA

**Ermano Allegri
Inez Ethne Gontijo Neiva**

O latifúndio no Brasil é filho típico do capitalismo concentrador e excludente. Este fenômeno foi acelerado a partir da política de ocupação de "áreas vazias" e de investimentos no campo que os governos militares promoveram após o golpe de 1964.

O anteprojeto de reforma agrária da equipe de José Gomes da Silva, que garantia a 7 milhões de trabalhadores rurais o acesso à terra, assustou os latifundiários brasileiros, particularmente os paulistas. O anteprojeto foi abortado pela Nova República, mas fez tocar a campanha de alarme dos empresários rurais e dos grandes proprietários, que começaram a se organizar na base da prática e dos princípios que conheciam: "Quem quiser entrar na minha propriedade vai morrer".

Nesse espírito nasceu a UDR (União Democrática Ruralista), que começou a promover leilões de gado entre os grandes fazendeiros para se armar contra o "perigo" da reforma agrária, como afirmou Salvador Farina, presidente da UDR de Goiás em *O Germinal* (abril de 1987).

Guerra — Esta é a violência das raízes profundas de uma cultura coronelística, arrogante e antiga que assume hoje, através da UDR, o rosto "moderno" do terrorismo profissional. Nos casos que apresentamos a seguir, escolhemos algumas "amostras" de pessoas que em 1988 sofreram sérias ameaças de morte e até atentados. Podemos notar que as ameaças não são dirigidas só a posseiros ou pequenos proprietários. As ameaças alcançam qualquer tipo de pessoa que se compromete com a redemocratização da propriedade da terra. Neste sentido, podemos afirmar que os latifundiários declararam guerra contra toda a nação. A violência é seletiva: as vítimas são escolhidas a dedo entre as lideranças, sobretudo na tentativa de dismantelar a organização dos trabalhadores.



Os grandes proprietários de terra criaram a UDR para responder ao crescente processo de organização e mobilização dos trabalhadores rurais. Sua arma é a violência contra as lideranças populares. Até quando?

Diante desta violência, porém, a sociedade está reagindo de forma adulta e eficaz. Particularmente madura é a reação dos trabalhadores rurais que estão adquirindo uma visão clara e lúcida de quem é o inimigo, do seu poder e da forma mais apropriada de reagir a ele.

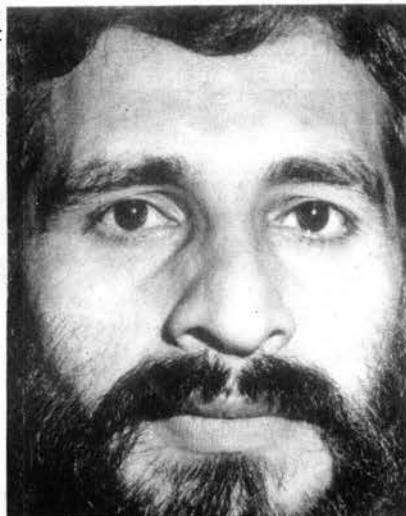
Em primeiro lugar se destaca a consciência de que não se pode permitir mais a morte de companheiros e lideranças. Afinal, a morte de um companheiro enfraquece todo o movimento. Por isso, a legítima defesa começa a ser encarada não só como direito, mas como um dever. Já temos mártires demais para celebrar. Dizia Chico Mendes: "Quero ficar vivo para salvar a Amazônia".

Em segundo lugar, os trabalhadores percebem claramente que se deve continuar construindo uma alternativa política. Não dá mais para acreditar que este governo está se esforçando, mas que ainda não conseguiu... Somente um outro tipo de governo vai garantir aos trabalhadores o direito pleno de cidadania. O partido, o sindicato e o movimento popular serão os espaços em que os trabalhadores vão fortalecer sua classe até que ela se torne uma força alternativa na sociedade.

Ermano Allegri e Inez Ethne Gontijo Neiva integram o secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

ESTAS PESSOAS PODEM MORRER

João Roberto Ripper



Osmarino (esq.) e Gumerindo: a luta contra a morte nos seringais do Acre

João Roberto Ripper



João Roberto Ripper



Luis Vilanova: ameaça permanente e dois atentados à bala

Fabio Salles/Agência Folhas



D. Moacir Grecchi: o pistoleiro desistiu de matá-lo

Osmarino Amâncio — dom Moacir Grecchi — Gumerindo Rodrigues Xapuri e Brasília, Acre

No Acre, as ameaças de morte contra o agrônomo Gumerindo Rodrigues, de Xapuri, o sindicalista Osmarino Amâncio, de Brasília, e o bispo da diocese do Acre-Purus, dom Moacir Grecchi, estão ligadas ao mesmo contexto de conflitos entre seringueiros e latifundiários em que foi assassinado Chico Mendes. O próprio Chico era ameaçado há mais de cinco anos e essas ameaças tornaram-se mais intensas a partir dos trabalhos que orientava de "empate pacífico" contra as derubadas e queimadas nos seringais Equador e Cachoeira. Desse movimento participavam também Osmarino Amâncio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasília, e Gumerindo Rodrigues, que assessorava Chico Mendes.

Pelos mesmos motivos estão ameaçados ainda Júlio Barbosa, sucessor de Chico Mendes no STR de Xapuri, o vereador eleito pelo PT e presidente do Conselho Nacional de Seringueiros, Raimundo Barros, o também vereador petista Júlio Nicácio e Gilson Pescador, ex-candidato do PT à prefeitura de Xapuri.

Contra dom Moacir Grecchi as ameaças mais sérias ocorreram no dia 23 de dezembro do ano passado: ele recebeu um telefonema de um tal "Cláudio Goiano" que disse ter sido contratado, junto com outro pistoleiro, Luiz

Garimpeiro, para matar Chico Mendes e dom Moacir; ele falou que se arrependera e não queria mais fazer o "serviço" porque seu negócio "sempre foi roubar carros e não matar".

Quanto a Osmarino Amâncio Rodrigues, a tensão aumentou depois que ele venceu as eleições para o STR de Brasília, em junho de 1988. A chapa da situação tentou impugnar o pleito e contava para isso com o apoio da Associação Comercial de Brasília, o Banacre e os sindicatos patronais.

Maria de Jesus — Raimundo — padre Paulo Joanil
Nova Jacundá, Pará

As ameaças de morte contra a senhora Maria de Jesus, seu filho Raimundo e o padre Paulo Joanil, da diocese de Marabá, têm origem no conflito da gleba Ananindeua, no povoado de Goianésia, em Nova Jacundá, onde, em 1987, morreram os trabalhadores rurais João Passarinho "Vintinha", Sebastião Pereira de Sousa (de quem dona Maria é viúva) e seu filho Clésio, de três anos de idade. Eles foram assassinados por pistoleiros a mando dos fazendeiros Herminio José Ferreira, Joaquim José Ferreira "Blanco" e João Manuel Ferreira, filiados à União Democrática Ruralista.

Depois da morte do marido, de "Vintinha" e de Clésio, Maria de Jesus passou a fazer denúncias, depondo sobre o que sabia às autoridades e à imprensa. Em setembro de 1988, ao mesmo tempo em que os fazendeiros Hermínio e Joaquim José instalam em Goianésia uma serraria, chegam na área vários pistoleiros e inicia-se uma onda de ameaças contra ela. Sua casa foi rondada várias vezes e os pistoleiros diziam que tinham que "acabar com essa raça". Na mesma ocasião, iniciam-se também as ameaças contra o padre Paulo Joanil, coordenador da CPT da diocese de Marabá, que acompanhava dona Maria de Jesus em suas denúncias sobre a "chacina de Goianésia".

No dia 6 de novembro, cinco pistoleiros dão tiros atrás da igreja de Goianésia durante a realização de batizados. Os pistoleiros intensificam sua presença à procura de dona Maria e padre Paulo. Dias depois, dois desco-

nhecidos procuram pelo padre numa comunidade próxima da cidade, onde ele acabava de celebrar uma missa. No mesmo dia, outro desconhecido pergunta por ele em Morada Nova. Em 12 de novembro, durante um comício em Goianésia, os mandantes da chacina dizem publicamente que após as eleições iriam liquidar o deputado João Carlos Batista, em Belém. Após o assassinato de Batista, ocorrido no dia 6 de dezembro, eles comemoraram em Goianésia e anunciaram que os próximos seriam dona Maria, seu filho e o padre Paulo. Esses fatos foram comunicados pelo bispo de Marabá, dom Altamiro, ao general-comandante do 52º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS) e difundidos largamente na imprensa.

O clima de ameaças prossegue em Goianésia e Nova Jacundá, com doze pistoleiros, inclusive duas mulheres, passando todos os dias em frente à casa paroquial e investigando os vizinhos.

*João Marré — José Rainha
Pedro Canário e São Mateus, Espírito Santo*

As ameaças contra João Marré estão relacionadas com a desapropriação da fazenda Castro Alves, município de Pedro Canário. João Batista Marré, dirigente sindical e membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi preso, juntamente com José Rainha Junior, no dia 18 de fevereiro de 1988, por solicitação do fazendeiro Teodoro Dantas que pretendia expulsar os sem terra da fazenda. Marré é mantido preso por oito dias. Em março, o MST, a CPT, a CUT e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) divulgam nota denunciando ameaças de morte contra Marré, Verino Sossai (presidente do STR de Montanha) e Davi Guerra, advogado do STR de Pancas, cujo presidente, Francisco Domingos Ramos, foi assassinado em 1988.

José Rainha, membro da Executiva Nacional do MST, sofreu um atentado, no dia 17 de outubro, quando entrava em sua casa, em São Mateus. Os pistoleiros não conseguiram acertá-lo e fugiram. Rainha foi ferido pelos estilhaços do vidro da porta atingida pelas balas. José Rainha pediu garantias de vida à Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo.

*Luiz Soares Filho (Luiz Vilanova)
Santa Luzia, Maranhão*

Luiz Soares Filho, conhecido como Luiz Vilanova, sindicalista e presidente do PT do Maranhão, está marcado desde a década de 70, quando começaram os conflitos entre os sem ter-

ra e o fazendeiro Fernando Brasileiro (do Grupo Açúcar União) e seu sócio, Tarcísio de Meira Lins, através da Agropecuária Babilônia, na fazenda Terra Bela, povoado de Buriticupu, município de Santa Luzia.

Em setembro de 1986, Vilanova denuncia uma operação militar, sem mandado judicial, para expulsar cerca de mil lavradores. Durante a operação as casas foram queimadas, as roças destruídas e o lavrador Desdete e o próprio Vilanova foram presos.

Em 1987 o Mirad desapropria 2,4 mil ha da fazenda. Com a desapropriação, a área é ocupada por cerca de quatrocentas famílias, em junho de 1988. A partir daí, intensificam-se as ameaças contra Vilanova e o padre Ivo Ritter, que pedem garantia de vida à polícia sem serem atendidos. No dia 14 de julho de 1987, Luiz Vilanova e o representante do MST, Manoelito, são cercados por pistoleiros da fazenda. Várias entidades denunciam o Incra por facilitar a ação dos pistoleiros da UDR.

Em 3 de agosto de 1987, Luiz Vilanova e Sebastião Crisóstomo de Almeida são atacados a tiros por Fernando Brasileiro, o gerente Hélio Fernandes Martins e três pistoleiros, no acastamento da BR-222. O lavrador Crisóstomo fica ferido.

Luiz Vilanova passou todo o ano passado fora de sua cidade para evitar seu assassinato, pois sofrera dois atentados à bala, num dos quais foi ferido no braço direito.

*Adão Rosa
Carmo do Rio Verde, Goiás*

Adão Rosa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, denunciou, no início deste ano, em Goiânia, que está recebendo ameaças de morte por parte dos fazendeiros ligados à UDR.

Ele relatou as ameaças ao Secretário de Segurança Pública do Estado, Ronaldo Jaime, citando como o principal responsável o fazendeiro João Soares da Silva. O secretário encarregou o delegado de Polícia de Carmo do Rio Verde, Geraldo Caetano Brasil, de intimar o fazendeiro e demais pessoas envolvidas para prestar depoimento.

Segundo Adão, as ameaças contra ele e outros membros do STR se devem ao fato de, por interferência do sindicato, João Soares ter sido obrigado a pagar direitos trabalhistas a um dos vaqueiros, no valor de 40 cruzados novos.

A situação de ameaças contra Adão vem ocorrendo desde o assassinato, em outubro de 1985, do então presidente do sindicato do município, Nativo da Natividade.

Opção pela semiclandestinidade



João Roberto Ripper

Maria Aparecida Rodrigues de Miranda tem 26 anos e está de malas prontas para deixar a cidade mineira de Unai, onde milita no sindicato dos trabalhadores rurais. Ela está ameaçada de morte pelos mesmos fazendeiros que, há três anos, assassinaram seu pai e feriram sua mãe. Cida, como é conhecida, diz que a sua morte ainda não aconteceu porque os mandantes não querem testemunhas. "Até meu telefone deve estar grampeado", acredita ela.

Vice-presidente da CUT de Minas Gerais, Cida e sua família têm uma vida marcada pela militância sindical e a luta pela posse da terra. Angustizada, narra o momento mais trágico dessa trajetória, o assassinato de seu pai: "Meus pais moravam na roça, em Bonfinópolis, há 23 anos. Numa manhã de domingo, em outubro de 1985, eles estavam na porta da casa de um parente que vinha sendo ameaçado. O fazendeiro Boaventura José de Magalhães chegou com dois pistoleiros e durante a conversa ocorreram os disparos. A própria perícia constatou que minha família distava quatro metros da cerca que delimitava a casa, portanto, estavam dentro de seu limite". Mas, em outubro de 1987, o corpo de jurados da Comarca de João Pinheiro inocentou os acusados alegando "legítima defesa". Desapontada, ela recorreu da decisão e aguarda pronunciamento da Justiça estadual, com sede em Belo Horizonte. Enquanto isso, prepara-se para viver na semiclandestinidade e pergunta: "Até quando os brasileiros viverão ou morrerão nesta situação?"

A VIDA POR UM FIO

Na manhã do dia 20 de novembro de 1988, o prefeito de Porto Alegre do Norte (MT), Alexandre Inácio, o "Cascão", sua mulher, Fernanda, e um segurança foram vítimas de um atentado na praça central da cidade. Os pistoleiros, liderados pelo latifundiário Luis "Bang-bang", estavam numa caminhonete que fechou a passagem do carro oficial da prefeitura. Foram dezenas de tiros a menos de dois metros de distância. O resultado foi um verdadeiro milagre: o veículo de "Cascão" ficou

bastante avariado, com marcas de sangue e várias perfurações, mas ele e seu segurança continuaram vivos, apesar de bastante feridos, enquanto sua mulher escapou ilesa. "Levei um tiro pelas costas, que se alojou no pulmão, e outro na nádega, que foi parar na perna. Meu segurança também levou dois tiros, um no peito e outro no braço", conta "Cascão".

Apesar do empenho da polícia, que imediatamente prendeu três pistoleiros que participaram do atentado, Alexandre Inácio, depois de ouvir a comunidade, decidiu abandonar temporariamente o município. Ele acredita que será mais útil à luta se continuar vivo e afirma: "É preciso saber a hora certa de recuar".

O atentado já era esperado, e ficou mais próximo depois do resultado das eleições, que deu a vitória ao candidato de Alexandre Inácio contra ninguém menos que o próprio Luis "Bang-

bang", o candidato da UDR. "Cascão", da corrente popular do PMDB, vinha sendo ameaçado desde 1983. Como agente de pastoral da prelazia de São Félix do Araguaia, ele estava envolvido no trabalho de organização dos posseiros numa região onde predominam os latifúndios improdutivos, que variam de 70 a 200 mil hectares. Em 1986, "Cascão" foi eleito prefeito de Porto Alegre do Norte. Em sua gestão o município ganhou mais escolas e postos de saúde, e os lavradores passaram a contar com um forte aliado nas lutas contra os latifundiários. Isso irritou profundamente Luis "Bang-bang". Ele afirmava publicamente que "Cascão" havia arruinado sua vida e queria "acertar as contas". A derrota eleitoral foi a gota d'água, mas os tiros — literalmente — saíram pela culatra e, ao contrário da propaganda do candidato Luis "Bang-Bang", que ressaltava um homem de "decisões rápidas", os bares e postes de Porto Alegre do Norte mostram, hoje, um outro tipo de cartaz: "Luis 'Bang-bang'... Procura-se".



Os personagens do atentado: o mandante Luis "Bang-bang" (acima), "Cascão" e Fernanda

Vera Jursys

Vera Jursys

JÚLIO BARBOSA DE AQUINO

NA ESTRADA DE CHICO MENDES

Marco Antônio Piva

A morte de Chico Mendes provocou, entre outros, um problema imediato para os seringueiros de Xapuri: a posse de um novo presidente no sindicato dos trabalhadores rurais. Corpo franzino, fala mansa e um jeito de menino aos 34 anos, Júlio Barbosa de Aquino assume a presidência da entidade consciente de que herdará uma difícil tarefa: forjar sua própria personalidade e, ao mesmo tempo, manter viva a memória de seu antecessor.

Júlio era o candidato natural dos seringueiros e o escolhido por Chico Mendes para sucedê-lo. Nos últimos meses foram frequentes as conversas entre os dois. Chico buscava passar sua experiência na direção de um sindicato que ganhara projeção internacional e Júlio, como aluno aplicado, procurava assimilar as complexas tarefas de uma função que acabaria assumindo antes da hora.

"Agora, o Chico faltou para toda vida, mas suas idéias e propostas vão continuar", diz Júlio, iniciando uma conversa com uma expressão que parecia mais o seu final. Em sua primeira missão como novo presidente do sindicato de Xapuri — uma palestra organizada pelo Comitê Chico Mendes do Rio de Janeiro —, ele acredita que saiu-se bem: "Foi a primeira vez que visitei o Rio de Janeiro. Quando cheguei no salão, me deram logo a cadeira principal e o microfone. Ai eu falei o que estava sentindo, enquanto o pessoal, quem sabe, pensasse que ali estava falando o Chico Mendes. Mas foi bom porque todo mundo aplaudiu bastante e veio me dar parabéns. Até houve uma disputa para saber quem ia me levar, onde ia dormir".

O novo presidente do STR de Xapuri iniciou sua militância em 1978, quando se filiou ao sindicato. Antes, participava apenas das comunidades eclesiais, criadas pelo bispo do Acre-

Purus, dom Moacir Grecchi, que também está ameaçado de morte. Em 1980, com o assassinato de Wilson Pinheiro, presidente do sindicato de Brasília, ao qual os seringueiros de Xapuri estavam vinculados, há um retrocesso na luta contra o desmatamento da floresta. Chico Mendes lidera o processo de criação de um sindicato independente em Xapuri, e Júlio Barbosa se destaca entre os trabalhadores. "Nossa briga na época era pelo 'empate'. Nós colocávamos os seringueiros e suas famílias na área que ia ser derrubada e ficávamos na frente dos tratores até que eles fossem embora e o governo garantisse a preservação daquele terreno".

Do "empate" para outras formas de luta (educação, saúde etc.), os seringueiros de Xapuri formaram uma consciência ecológica particular. "Eu nunca tinha ouvido falar dessa coisa de ecologia. Nosso aprendizado foi na prática mesmo. A gente aprendeu a gostar da floresta vivendo nela", afirma Júlio, que nasceu no seringal de Cachoeiro. Com a vivência, surgiu a proposta das reservas extrativistas e da união dos povos da floresta. "O seringueiro não quer título da reserva, que é uma área de propriedade coletiva e de uso comum dos povos que vivem na floresta. A União, garantindo as reservas, estará fazendo a reforma agrária que queremos", garante ele.

Nesse aspecto é que Júlio revela uma ponta de amargura com a forma pela qual vem sendo tratado o assassinato de Chico Mendes, principalmente através da imprensa. "Por que o Chico foi o primeiro ecologista a ser morto nesse país?" Ele mesmo responde: "Porque o Chico era, antes de mais nada, um líder sindical que lutava pela posse da terra e esse é o principal problema no Brasil. Se você falar só de ecologia, tudo bem, as pessoas te ouvem e te aplaudem. Mas se você

O novo líder dos seringueiros de Xapuri diz que a defesa da floresta faz parte da luta pela terra



Murilo Santos

defender também a posse da terra, mesmo que seja para preservar a floresta, a coisa muda de figura".

Júlio Barbosa crê que esta é a questão principal, prevê mais conflitos e relembra sua frase inicial: "As idéias e propostas do Chico vão continuar". Mais do que reafirmar um compromisso político e aceitar o desafio da herança deixada pelo seu antecessor, ele sabe que, no final das contas, seu nome também está na lista dos pistoleiros.

Marco Antônio Piva é editor-assistente de *Tempo e Presença*. Autor de *Nicarágua — um povo e sua história* (Paulinas).

A LUTA DOS SERINGUEIROS

A morte de Chico Mendes despertou

a opinião pública para o grave problema da região amazônica. Há várias gerações, no coração da selva, os seringueiros vivem da natureza e, ao lado dos povos indígenas, resistem às investidas predatórias e mostram os caminhos para a preservação da floresta

Mauro Almeida

A Amazônia nunca ocupou tanto espaço por tanto tempo nos meios de comunicação do país como nas semanas que se seguiram ao assassinato de Chico Mendes. Ocorrida num momento de crescente preocupação com a devastação das florestas brasileiras, sua morte chamou a atenção da opinião pública nacional e internacional para um movimento em favor da floresta. Essa junção entre reforma agrária e ecologia deu-se, porém, não só nas palavras, mas foi resultado de anos de discussão, de luta e de organização a partir das populações da floresta: índios e seringueiros.

Primeiro surgiram formas de luta originais, começando pelos "empates": homens, mulheres e crianças se mobilizam para impedir pacificamente a ação das moto-serras. Se os "empates" datam de 1976, as propostas do movimento definiram-se mais claramente dez anos depois, com a reivindicação das reservas extrativistas combinadas às áreas indígenas, ao lado de uma política de desenvolvimento com respeito pelos povos da floresta.

A criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Seringueiros, a partir de lideranças sindicais vinculadas ao extra-

tivismo e baseado em comissões municipais escolhidas em assembleias, abriu um canal direto para a participação desses trabalhadores nas questões públicas. O movimento ganhou novos aliados políticos. A proposta de uso e controle da floresta por seus habitantes, as formas de luta baseadas na ação direta e pacífica da população florestal e uma organização capaz de assumir a autogestão na mata explicam o espaço que Chico Mendes ocupou no cenário político após sua morte. Além de líder de trabalhadores rurais e seringueiros, ele era um intelectual e organizador de estatuta universal, e representava a junção dos vários componentes inovadores do movimento dos povos da floresta.

Mudar a imagem — A base do movimento que Chico Mendes representava eram as populações tradicionais da floresta: índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e extrativistas vegetais em geral. Essas populações sempre foram vistas — com a possível exceção dos índios — como uma espécie de lixo histórico condenado a desaparecer com o advento do progresso. Os seringueiros "saíram de baixo da folha da árvore" para mudar essa imagem, como disse Jaime da Silva Araújo, o primeiro presidente da diretoria provisória do Conselho Nacional dos Seringueiros.

A mensagem dos seringueiros é clara: "Nós sabemos produzir riqueza sem destruir a floresta". Com isso, eles se mostram mais modernos que os empresários que têm devastado os recursos naturais amazônicos.

A selva não é um paraíso. Sem escolas, sem assistência médica e explorados pelos patrões e marreteiros, os seringueiros querem ter acesso aos serviços que são um direito de todos os brasileiros. Eles sabem que seu trabalho tem valor e acaba ficando, em grande parte, nas mãos dos patrões. Mas sabem que um dia de trabalho de borracha vale de três a quatro diárias de um peão na cidade, e que mesmo explorados pelo barracão e pelos marre-

A vida na floresta

Os seringueiros habitam o coração da selva. Não moram em povoados, mas sim em pequenas clareiras onde se agrupam duas, três ou quatro casas de paxiúba. As "colocações" são territórios sem cercas, cobrindo de 600 a 1,2 mil hectares, sem lotes individuais: apenas áreas contínuas de igarapés, praias de rio, mata virgem, zonas de caça, roçados e capoeiras. Nelas os seringueiros aprenderam em várias gerações de vida florestal — e em contato com os povos indígenas, como no rio Juruá, os vários clãs da heróica nação dos Náuas — a construir suas casas de tronco de palmeiras, a amarrar seus objetos com as enviras, a trançar seus cestos com cipós, a fazer canoas e ubás com o âmago das madeiras incorruptíveis, a caçar e a pescar nos vários nichos da mata, a plantar roçados que reverterem à floresta original, a usar os remédios da selva para curar e ter visões, erguer canteiros, conservar pomares, criar patos, perus, porcos e vacas em campos que se prolongam sem cercas nas águas e nas florestas. A borracha e a castanha têm sido produtos comerciais que a mata oferece sem se degradar. Com esses produtos comprase sal, querosene, sabão, munição de caça, ferramentas, roupas, miudezas e até objetos de maior valor, como motores e relógios.

Mas a floresta pode oferecer muito mais: a adoção de uma política de preços, beneficiamento, comercialização e pesquisa resultaria na exploração de muitos outros produtos extrativos, sempre com o mesmo respeito que os seringueiros têm pela "mãe-da-seringueira", pelos "caboclinhos das águas", pelos "caiporas", que infundem alma na natureza e estabelecem a continuidade sempre presente entre a vida humana e a vida das plantas e animais. (MA)



Mauro Almeida

teiros, é mais fácil viver na mata — onde não pagam aluguel, nem carne, nem farinha, nem água, nem luz — do que na cidade. É por essa razão, e porque gostam da vida na floresta, que nos “empates” e assembléias os seringueiros reivindicam as “colocações” onde moram, e iniciam, ao mesmo tempo, projetos autogeridos de educação, saúde e comercialização.

Organização — Pode parecer paradoxal a organização de seringueiros que vivem espalhados no seio da floresta. Mas seu isolamento é apenas uma aparência. A mata tem caminhos, varadouros e estradas de seringa que interligam as “colocações”, como são chamados os territórios de floresta controlados a partir de uma clareira central. Homens e mulheres encontram-se constantemente nas casas-de-farinha, nos roçados, nas estradas de seringa, nas reuniões e festas de fim-de-semana, em partidas de futebol, em novenários e outras festas religiosas. Com alguns dias de antecedência é possível reunir até cinquenta seringueiros de muitas “colocações”.

A reforma agrária defendida pelos seringueiros ganhou um nome: reserva extrativista. Nelas não existe o loteamento; ao contrário, as “colocações” serão reconhecidas, sendo seu uso garantido aos seringueiros. Essa reforma agrária, preservando a estrutura das “colocações”, rompe o velho siste-

ma dos barracões e, ao mesmo tempo, representa a resposta ao capitalismo predatório das empresas agropecuárias.

Os seringueiros e índios do Acre têm hoje mais de dez anos de organização. Os índios criaram nesse tempo cooperativas, escolas e serviços de saúde, com apoio da Comissão Pró-Índio e de amigos, como o txai Terri Valle de Aquino. O sindicato de Xapuri, apoiado pelo Centro de Trabalhadores Amazônicos, faz experiências semelhantes de autogestão, como o Projeto Seringueiro e a Cooperativa Agro-extrativista. A União das Nações Indígenas e o Conselho Nacional dos Seringueiros, que são no Acre o núcleo da Aliança dos Povos da Floresta, caminham para a realização de projetos unificados.

A partir do 2º Encontro Nacional dos Seringueiros e 1º Encontro dos Povos da Floresta, realizado em Rio Branco, de 25 a 31 de março deste ano, foi lançado um amplo programa de reservas extrativistas e áreas indígenas sob controle direto de seringueiros e índios e ratificada a exigência — que é um direito — de participação nos projetos e investimentos que afetam a vida dos povos da floresta, reivindicando uma política de desenvolvimento que respeite seus direitos históricos e suas características sociais e culturais. Assim continua a luta de Chico Mendes nas matas amazônicas.

Mauro Almeida é antropólogo e assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Escravidão no seringal

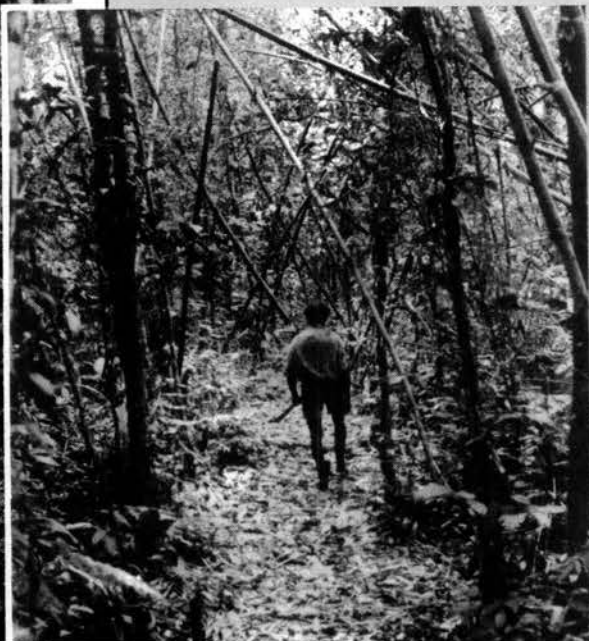
Nos seringais tradicionais, já quase desaparecidos da região de Xapuri e Brasília, mas ainda onipresentes no vale do Juruá e no Alto Purus, o barracão é o símbolo do poder dos patrões. Eles monopolizam, sustentados no costume e na força, o acesso às seringueiras que nunca plantaram nem conservaram. Esse monopólio, que lhes garante a cobrança da “renda das estradas de seringa” (de 30 kg por conjunto de 120 árvores nativas ou “estrada”), torna os seringueiros que vivem da extração da borracha dependentes do favor dos “coronéis de barranco”. Sob esse sistema, o seringueiro é obrigado a comprar tudo do patrão e vender a ele sua borracha. Além disso, é obrigado também

a dar mais de um mês de trabalho não-remunerado para a conservação das “estradas de seringa” e ao transporte da borracha. Não é preciso dizer que os patrões mantêm seus seringueiros numa permanente “escravidão por dívidas”.

Hoje os seringueiros do vale do Juruá, particularmente no município de Cruzeiro do Sul, travam uma luta pouco conhecida contra a escravidão dos barracões. Essa luta, apoiada nos delegados sindicais da floresta, foi estimulada pela realização de encontros municipais (o último reuniu mais de mil participantes, dos quais setecentos eram seringueiros homens e adultos) e pelo primeiro projeto de reserva extrativista, já em fase de implantação do rio Tejo.

Diante da atuação do Conselho Nacional dos Seringueiros, os patrões articularam uma campanha de intimidação que inclui uma ação judicial contra os assessores do CNS no Juruá, Antônio Macedo e Mauro Almeida, além de outras “medidas” resumidas da seguinte maneira pela imprensa local:

“Antônio Luiz Batista de Macedo está sendo ameaçado de morte por lideranças da UDR de Cruzeiro do Sul, capitaneadas pelo empresário Orley Cameli, após a decisão dos seringueiros da região de não mais pagar a quota de 10% sobre a produção de borracha para os seringalistas locais (...) o empresário pagou matéria especial de uma página no jornal *O Rio Branco*, com notícias consideradas difamatórias contra o líder dos seringueiros locais... Como parte da estratégia de intimidação dos seringalistas e líderes empresariais contra os seringueiros, a rádio *Verdes Florestas*, ligada à prelaia do Juruá, proibiu qualquer divulgação de avisos e mensagens para os seringueiros” (*A Gazeta*, 19/02/89).



CARAJÁS

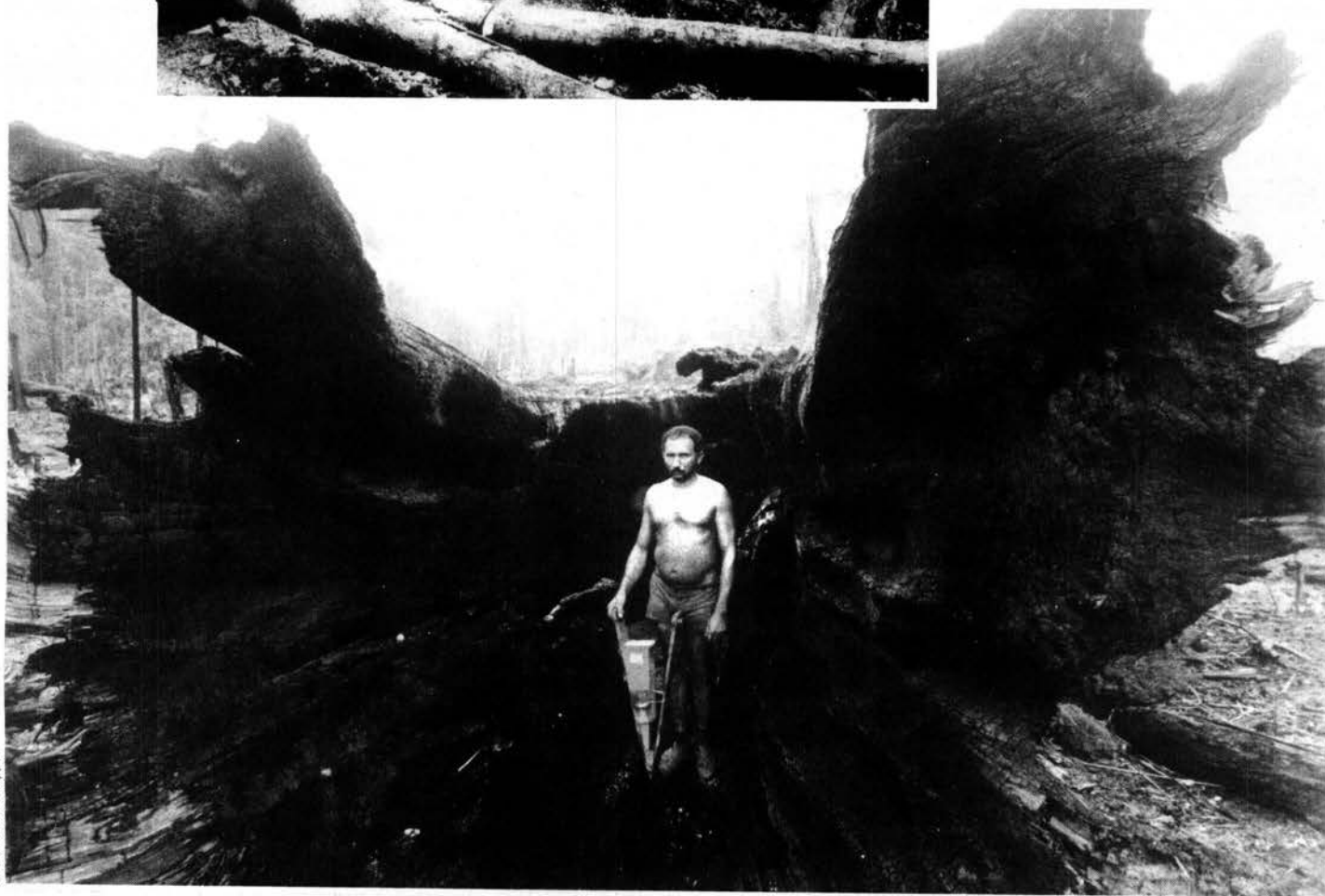
A FLORESTA EM PERIGO



João Roberto Ripper

Nos próximos dez anos, a região amazônica deverá perder 600 mil km² de florestas e milhares de trabalhadores ficarão marginalizados do processo social. Essa tragédia pode ser evitada?

João Roberto Ripper



João Roberto Ripper

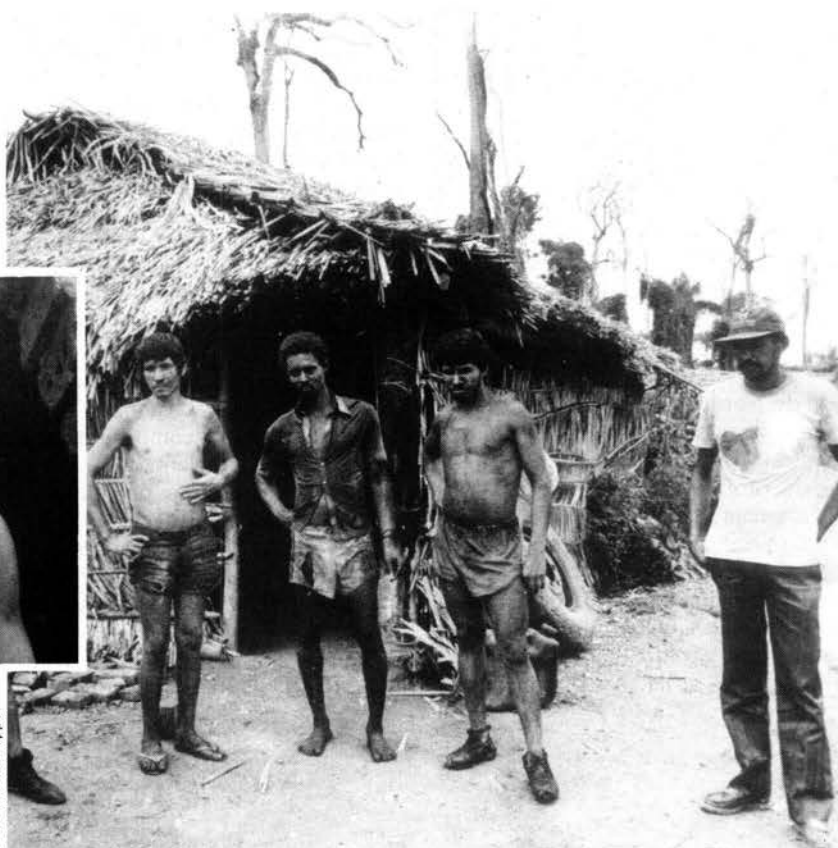


Mais de 600 mil quilômetros de florestas serão derrubados na região Amazônica, nos dez primeiros anos de funcionamento do projeto Grande Carajás. Haverá um consumo anual de 4,5 milhões de toneladas de carvão vegetal nos projetos de implantação de trinta usinas de ferro-gusa e ferro-ligas, que se somarão às três usinas hoje em funcionamento naquela região: duas em Marabá, no sul do Pará, e uma em Açailândia, no Maranhão.

A denúncia é da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos que, junto com outras quatro entidades ligadas ao movimento popular, levantou as informações sobre as usinas de ferro-gusa e ferro-ligas, em Marabá e Paraopebas, no Pará, e Açailândia, Santa Inês, Pindaré Mirim e Imperatriz, no Maranhão. Através da Ação Jurídica Popular (Ajup), essas entidades estão movendo processo contra o conselho interministerial encarregado da execução do projeto Grande Carajás e contra as usinas envolvidas.

Além da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos movem o processo o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), de Curitiba, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), de São Paulo, o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), de Brasília, e o grupo Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), do Rio de Janeiro. Essas entidades encaminharam denúncia, em forma de relatório, ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), alertando sobre o desmatamento indiscriminado que ocorre na região e sobre as graves consequências

João Roberto Ripper



Os pequenos agricultores tornam-se assalariados. E amanhã?

Destruição com isenção

Como parte do programa Grande Projeto Carajás de produção de ferro-gusa e ferro-ligas, trinta novas usinas serão implantadas ao longo da ferrovia Carajás-Ponta de Madeira, nas localidades de Paraopebas, Açailândia, Santa Inês, Rosário e Pindaré Mirim. Dessas usinas, 26 são de ferro-gusa e quatro de ferro-ligas. Só nessas regiões, dezessete empresas produtoras dos ferros-gusa e ligas já foram aprovadas pelo Programa Grande Carajás (PGC).

Em Marabá, mais sete empresas conseguiram a aprovação de seus projetos, prevendo-se, só nesse município, uma produção de 800 mil toneladas de ferro-gusa. O carvão vegetal também está sendo explorado em Tucuruí, a 150 km de Marabá, pela Camargo Correia Metais, que instalou uma usina de produção de silício metálico, com uma produção inicial de 32 mil toneladas por ano, destinada basicamente à exportação. Em função desse projeto, 48 mil toneladas de madeira serão derrubadas anualmente em Tucuruí.

Em Marabá, a Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) possui um alto-forno com capacidade para produzir 180 toneladas de ferro-gusa por dia, enquanto a Siderúrgica

do Maranhão pode produzir 60 toneladas de ferro-gusa por dia. Em Açailândia, a Viena, outra siderúrgica, produz 180 toneladas de ferro-gusa por dia e tem uma previsão anual de 50 mil toneladas, num projeto que custou aproximadamente 6 milhões de dólares e foi subsidiado pela Sudene, que também é acionista da usina.

Da produção brasileira de ferro-gusa, 90% são destinados à exportação, sendo que em 1988 os principais compradores foram Taiwan (448,9 mil ton), China (428,2 mil ton), Coreia do Sul (319,7 mil ton), Japão (162 mil ton), Alemanha Oriental (103,4 mil ton) e Estados Unidos (119,1 mil ton).

O programa Grande Carajás concedeu isenção de imposto de renda e dos adicionais não restituíveis — incidentes sobre o lucro de exploração, de acordo com os resultados obtidos nos referidos empreendimentos — às empresas que estão sendo implantadas, sob a coordenação da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), no distrito industrial de Marabá. Entre os beneficiados pela isenção de impostos estão as usinas de ferro-gusa e ferro-ligas. Todas essas empresas também foram beneficiadas com isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados. (JRR)

Como funcionam as usinas

Camargo Correia — Adquire o minério de ferro e o manganês da Companhia Vale do Rio Doce, que é sócia da Cosipar (Grupo Itaminas S.A.), com participação no processo de produção de ferro-gusa e ferro-ligas, que vem da Serra do Carajás. O quartzo é conseguido na própria região, enquanto o calcário vem do Nordeste, através da Ferrovia do Aço. Por sua vez, o carvão vegetal é obtido na própria região, através das carvoarias vinculadas às empresas siderúrgicas ou às serrarias.

Cosipar — Para a produção do ferro-gusa, a Cosipar usa carvão produzido por terceiros, através da derrubada das matas; compra também sobras das serrarias e, principalmente, da derrubada do Castanhal do Ubá, em São João do Araguaia, onde a empresa comprou do fazendeiro Edmundo Virgulino uma área de 4.184 ha. A Cosipar cons-

sociais que o projeto está trazendo, sobretudo para a população camponesa da região.

Segundo o advogado Miguel Pressburger, da Ajup, a instalação do programa Grande Carajás faz com que o conjunto da sociedade brasileira arque com um incalculável endividamento, sob a forma de tributos obrigatoriamente pagos, “cujos valores acabam sendo apropriados por pessoas físicas e jurídicas — uma parte delas simples aventureiros, que sequer implantaram ou pretendem implantar os projetos rebedores de dádivas públicas”. “O Grande Carajás, tal como foi planejado e está sendo implantado — diz ele — é responsável pela degradação e marginalização de centenas de milhares de famílias de trabalhadores e de vários povos indígenas. Seus efeitos sociais, extremamente perversos, são irreparáveis”.

Amplios poderes — Criado dentro da Secretaria de Planejamento da Pre-

sidência da República, o programa Grande Carajás é regido por um conselho interministerial que reúne, além de representantes da Secretaria da Presidência da República, vários ministros e o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Criado através de decreto-lei, esse conselho interministerial tem poder para fixar normas e critérios de forma tão soberana e autoritária que pode determinar e substituir as atribuições de outros órgãos e entidades da administração federal.

Isso quer dizer que o conselho pode passar por cima de outros órgãos, o que explica o descumprimento das exigências do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), necessários para a implantação das usinas dentro do projeto Grande Carajás.

Nenhuma das usinas até hoje instaladas pelo projeto obedecem minimamente às leis de proteção ambiental. Segundo a lei nº 6.938, numa área como a do projeto Grande Carajás, uma usina de ferro-gusa ou ferro-ligas, antes de ser implantada, teria que ser submetida a um Estudo de Impacto Ambiental, além de apresentar um Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente. Só depois de cumpridas estas etapas, e aprovados os projetos, essas usinas poderiam ter licença para trabalhar, uma vez que são empresas poluidoras que utilizam recursos ambientais.

Arrendatários e carvoeiros de São João do Araguaia (PA) denunciam, por exemplo, que a Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar), uma das empresas que integram o projeto, aproveitou apenas 20% da área que derrubou em Castanhal do Ubá, localidade famosa por seus castanhais. A destruição desordenada e sem planejamento



João Roberto Ripper

trói vários fornos para que arrendatários se encarreguem do corte dos castanhais derrubados, da transformação em carvão até a entrega na usina. A maioria da mão-de-obra vem de Minas Gerais e, com a promessa de um futuro promissor, trabalha em regime semi-escravo, num processo parecido com o dos peões das fazendas. Depois disso, os trabalhadores não conseguem ganhar o suficiente para voltar aos seus lugares de origem. A usina usava também carvão dos fornos das serrarias de Marabá, cuja mão-de-obra era da população urbana, onde, muitas vezes, eram usadas famílias inteiras no trabalho. A organização do movimento comunitário, depois de muita pressão, conseguiu fechar os fornos das serrarias de Marabá.



João Roberto Ripper

industrial dos castanhais não levou em conta as grandes chuvas da região, deixando apodrecer 80% da madeira derrubada, segundo relatório dos próprios trabalhadores locais. Só no ano passado, em parte de Castanhal do Ubá, mais de 600 hectares de madeira se perderam.

Resistência — A implantação das usinas de ferro-gusa e ferro-ligas tem gerado muita preocupação nos trabalhadores rurais da região, que temem a destruturação das comunidades de pequenos produtores rurais, e receiam a intensificação dos conflitos de terra, provocados pela ganância dos grileiros, que já começam a visar grandes extensões dos castanhais, como forma de aumentarem seus lucros, transformando florestas em carvão.

Segundo Almir Ferreira Bastos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Pará (Fetagri), os pequenos produtores estão resistindo e não aceitam vender sua madeira nem permitem a instalação de fornos em suas terras. Mas as consequências sociais com a implantação das usinas siderúrgicas serão nefastas para o agricultor.

“Não serão só consequências ecológicas. Haverá também o afastamento do trabalhador da sua própria terra”, diz ele. “As enchentes, que já são um problema na região, serão ainda muito mais alarmantes devido ao desmatamento”, denuncia o líder rural, que protesta contra a forma de implanta-

ção das usinas, sem qualquer consulta aos trabalhadores.

No ano passado, pressionados pela mobilização popular, uma equipe de técnicos de Ações Básicas da Secretaria de Estado e Saúde Pública do Pará (Sespa) acabou por desativar 180 fornos, no mês de setembro. A própria população participou da destruição dos fornos, dentro de várias serrarias de Marabá. O ato foi precedido de uma ampla campanha de mobilização popular, que incluiu passeatas, manifestações, distribuição de panfletos e jornais explicativos, pressão junto à câmara de vereadores, à secretaria e ao centro de saúde, bem como junto às usinas e serrarias de Marabá. O movimento unificou trabalhadores da cidade e do campo, coordenados por associações de moradores, sindicatos de trabalhadores rurais, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical (Cepasp) e CUT.

Alerta oficial — Essas entidades denunciaram as graves consequências da implantação dos fornos e usinas, que geram, entre outros males, doenças respiratórias causadas pelo monóxido de carbono e outros gases resultantes da combustão das aparas de madeira. Os gases provocam uma fumaça altamente tóxica, como resultado da fabricação do carvão vegetal dos fornos usados nas serrarias de Marabá.

As denúncias contra o projeto não são exclusivas do movimento popular. Maria de Lourdes Davies de Freitas, assessora técnica da Companhia do Va-

le do Rio Doce e responsável pela implantação do programa ambiental do projeto Ferro Carajás alertou, através da grande imprensa, que “o programa se propõe a explorar os benefícios econômicos da região sem se preocupar com a defesa do meio ambiente”. Segundo a assessora técnica da Vale, “há uma grave ameaça à região amazônica, pois estão transformando a mata em carvão”.

Para Maria de Lourdes, a forma de gerenciamento do projeto Ferro Carajás, no que se refere às questões ambientais, compromete seriamente o investimento de 63 milhões de dólares feitos pela Companhia Vale do Rio Doce. A assessora explica que a previsão de 2,6 milhões de eucaliptos plantados em oito anos — conforme promessa do governo — é uma meta que exige uma área 35 vezes maior que a cultivada pelo projeto Jari. É, portanto, uma proposta irreal, com um custo de reflorestamento que inviabiliza o projeto.

João Roberto Ripper é repórter-fotográfico e colaborador de *Tempo e Presença*.



Fornos: além do carvão, a “produção” de doenças respiratórias



CEBs

ARTICULAÇÃO EM TEMPO DE CONFLITO

O bloco conservador desenvolve uma política para conter o avanço da Igreja dos Pobres. Entender o novo campo de conflito é uma necessidade vital para as comunidades eclesiais de base e as pastorais populares

Pedro Ribeiro de Oliveira

Há três anos, fazendo uma análise de conjuntura eclesial (Tempo e Presença, 203, novembro de 1985) eu assinalava a consolidação do "bloco integrista" e fazia um prognóstico de intensificação do seu combate contra o "bloco de libertação", culminando numa crise de grandes proporções. Constatava-se hoje que só em parte aquela análise era correta. O "bloco integrista" — composto pela burocracia romana, os arcebispos e bispos ditos conservadores, os movimentos espiritualistas (aos quais hoje se junta o "Lumen 2000") e o papa — de fato consolidou-se e intensificou seu combate aos que se identificam com o projeto da Igreja dos Pobres. A crise, porém, não aconteceu. Ao invés da estratégia de aniquilamento, que se descortinava há três anos, o "bloco" optou por um combate lento, gradual e seguro, evitando o confronto direto. É provável que tal estratégia tenha sido imposta pelo próprio papa, que certamente não desejaria passar para a história como o autor do cisma latino-americano. Sua carta aos bispos brasileiros, qualificando a teologia da libertação de "útil e necessária" foi um sinal claro dessa estratégia, que visa desmontar o setor popular através da "guerra de posições".

Mas o combate ao projeto de libertação não esmoreceu. Ele segue uma linha nítida como se verifica nas nomeações de arcebispos e cardeais: só homens de confiança do "bloco" chegam a posições de cúpula na hierarquia católica (a honrosa exceção de dom Luciano pode explicar-se pela conveniência de afastá-lo de São Paulo, removendo-o para uma arquidiocese bem isolada). Parte dessa mesma linha de

combate é a tentativa de esvaziamento da CNBB. Além da deslegitimação teológica das conferências episcopais em geral, percebe-se interferências diretas da cúria romana nos assuntos internos da Igreja do Brasil, como para demonstrar que não faz cerimônia com a CNBB. Enfim, as intervenções mais graves de 1988 — a divisão da arquidiocese de São Paulo e a intimação a dom Pedro Casaldáliga — revelam uma política de intimidação das figuras mais eminentes da Igreja da Libertação. A cúria romana vem, assim, intimidando os bispos alinhados ao projeto da Igreja dos Pobres. Dentro dessa estratégia, o "bloco" estaria forçando estes bispos a reprimirem suas próprias bases, impedindo que elas avançassem na caminhada libertadora.

Mudança — Esse conjunto de medidas assinala que o campo de combate ao projeto da Igreja dos Pobres mudou. O terreno principal já não é mais a produção teológica, mas os próprios núcleos do poder eclesial, que são as sedes episcopais. Hoje o alvo principal do "bloco" são os bispos, ou melhor, as figuras mais atuantes nas cúpulas episcopais.

Enquanto isso os movimentos espiritualistas vão avançando e conquistando espaço, até mesmo nas CEBs, com o apoio mais ou menos aberto do "bloco".

Para uma avaliação correta da conjuntura eclesial, precisamos traçar um quadro globalizante da Igreja Católica e suas relações com as forças sociais. O esquema é, obviamente, muito simplista, mas serve para assinalar os grupos em jogo. De um lado está o bloco da "Nova República", que inclui todas as forças que fazem a chamada "transição pactuada", desde os

militares e o grupo de Sarney, até os políticos do PSDB e do PCB, passando pelos dirigentes da Fiesp e pelo "sindicalismo de resultados". Do outro lado estão os grupos, movimentos e partidos que se alinham com práticas e projetos anticapitalistas, e que podem ser chamados, genericamente, de movimento popular. A CUT e o PT são suas expressões mais notáveis. O conflito entre esses dois blocos é a contradição principal da sociedade brasileira hoje, e é chave para entendermos as contradições internas da Igreja Católica e como ela se posiciona na atual conjuntura: a favor do movimento popular, ou do bloco da "Nova República"?

A aliança estratégica entre o movimento popular e as CEBs e pastorais populares tem desempenhado papel fundamental no processo histórico brasileiro nos últimos 25 anos. Não é segredo para ninguém que boa parte da força do movimento popular advém dos católicos mobilizados pelas CEBs e pastorais populares. E vale também o inverso: a vitalidade desses grupos de base da Igreja reside em sua participação no movimento popular. Ao bloco da "Nova República" interessa muito romper essa aliança estratégica, e não têm sido poucas as investidas feitas junto à CNBB, para que ela afaste as CEBs do movimento popular. A recente vitória eleitoral do PT deixou clara essa situação. Por um lado, ela reforça a posição das CEBs e pastorais populares; mas, por outro, ela serve de pretexto para a aliança dos grupos de direita dentro e fora da Igreja.

Choque de estruturas — A correlação de forças externas à Igreja, entretanto, não explica por si só os conflitos internos à Igreja. Para isso é necessário considerar também a existência de duas estruturas eclesiais paralelas. A primeira, mais antiga (e que dava a impressão de estar fraca, mas que hoje demonstra espantosa vitalidade) é a estrutura *parroquial*. Ela preserva o poder do clérigo, mas coaduna-se bem com os movimentos espiritualistas de leigos, e inscreve-se no projeto restaurador, que visa manter a autoridade hierárquica e a ortodoxia anterior ao Vaticano 2º. Não é difícil notar o apreço dos movimentos espiritualistas, do "alto clero" (vigários de matrizes urbanas), das religiosas estabelecidas em colégios e obras sociais e de todo o "bloco integrista" pela estrutura *parroquial*. Nela, uma hierarquia de autoridade incontestável assegura

a sua doutrina e a distribuição dos sacramentos, numa perspectiva de salvação individual.

A outra estrutura é a da Igreja de CEBs. Tendo por base as CEBs, e animada pelas diversas pastorais populares, essa "nova forma de ser Igreja" engloba agentes de pastoral leigos e religiosos, religiosas inseridas na pastoral, sacerdotes e bispos, promovendo uma forma participativa e ecumênica de Igreja. Bem nítida nas bases, ela vai tornando-se mais fluida à medida em que atinge os níveis mais elevados da hierarquia eclesiástica; porém, é o seu projeto que predomina na CNBB. Daí as tensões que hoje se constata entre a Santa Sé e a CNBB, os bispos da libertação e todos os grupos alinhados ao projeto da Igreja dos Pobres.

Os conflitos entre as duas estruturas eclesiásticas são hoje claros. Nas bases, registram-se embates entre os movimentos espiritualistas e as CEBs e pastorais populares. Nos níveis intermediários, vemos o "alto clero" e as religiosas opondo resistência aos bispos da libertação. Na cúpula, estão os bispos, arcebispos e cardeais do "bloco" se contrapondo publicamente à CNBB. Embora não esteja no horizonte a probabilidade de um cisma, é certo que os conflitos se agravaram desde o ano passado. O "bloco" não está tão forte quanto dá a entender o cardeal Eugênio Salles, mas sua posição é hoje bem favorável.

Longa duração — Arriscando-me a novamente formular um prognóstico errado, quero apresentar aqui o provável desdobramento desses conflitos e um encaminhamento para o setor alinhado com a Igreja dos Pobres. Tomo como ponto de partida que a aliança entre as bases da Igreja e o movimento popular é irreversível, assim como é irreversível o projeto integrista de combate à Igreja popular. O conflito será, portanto, de longa duração (pelo menos até o final do atual pontificado). Diante deste quadro, a perspectiva não pode ser otimista. O "bloco" está hoje mais forte do que há três anos, e a menos que sofra um forte baque (por exemplo, um colapso financeiro), ele tende a ampliar seu controle sobre as cúpulas eclesiásticas, inclusive a CNBB. Restarão como espaço eclesiástico para o projeto da Igreja dos Pobres as dioceses cujos bispos estão na "caminhada", as CEBs e as pastorais populares, juntamente com um ainda amplo espaço na produção e divulgação da teologia da libertação. Sua vinculação com o movimento popular — principalmente após as vitórias eleitorais do PT e a desmoraliza-

ção da "Nova República" — representa uma defesa suficientemente forte contra as investidas do "bloco", que teme a opinião pública. É indispensável garantir o bom entrosamento entre esses espaços, evitando-se os "rachas" que o "bloco" procura provocar. Os bispos da libertação, os agentes de pastoral, as religiosas inseridas, as CEBs, as pastorais populares e os assessores teológicos precisam apoiar-se mutuamente para levar adiante o projeto da Igreja dos Pobres durante este período de ampla ofensiva restauradora.

Neste contexto, o próximo encontro intereclesial das CEBs ganha enorme importância. Reafirmar seu caráter *eclesial* — cuja expressão visível é a comunhão com os bispos — é a primeira prioridade. No entanto, o anseio por uma instância de articulação autônoma das CEBs pode gerar uma ruptura entre as bases eclesiais e os bispos que as apoiam. Este assunto está hoje na ordem do dia, e frei Clodovis Boff fala da articulação das CEBs como um dos cinco maiores desafios pastorais da nossa Igreja (*Tempo e Presença*, 232, julho de 1988). Retomo aqui suas sugestões, fazendo meus próprios acréscimos.

Concordo inteiramente com Clodovis quando afirma que as CEBs não têm especialização funcional, não sendo portanto grupos de ação especializada. São igreja em movimento, e não movimento de igreja. Onde está, então, o problema? Vejo-o em duas fontes radicalmente distintas:

1) Para o "bloco integrista", que defende a estrutura paroquial/clerical, seria muito conveniente transformar as CEBs em um movimento. Elas seriam um movimento da igreja para as classes populares, assim como existem movimentos para as classes abastadas (carismáticos, encontristas, Comunhão e Libertação, Opus Dei etc). Neste modelo, a igreja é de todos e tem lugar para todos. Para os pobres, as CEBs; para os ricos, os movimentos espiritualistas. Poder-se-ia até aceitar a opção preferencial pelas CEBs, desde que estas fossem um movimento de tipo voluntário — como outras associações piedosas e caritativas — mas não uma forma estrutural de ser igreja.

2) Para as lideranças das CEBs, que querem a Igreja participativa e sempre aliada aos movimentos populares, uma coordenação nacional de CEBs parece ser uma garantia de união entre Igreja e povo, mesmo quando a CNBB e alguns bispos parecem titubear. A Igreja tem-se mostrado tímida no apoio aos movimentos populares, cujas reivindicações já não se limitam a con-

dições internas ao sistema e apresentam projetos alternativos ao capitalismo. Uma instância que se manifeste publicamente em nome das CEBs certamente seria uma voz de apoio aos projetos populares, mesmo os mais avançados.

Assim, duas fontes de interesses radicalmente opostos convergem no sentido de dar às CEBs maior autonomia de expressão pública, expressando o ponto de vista das classes populares da Igreja.

Nova etapa — Nesta conjuntura, é preciso rever o princípio de que, sendo as CEBs uma nova estrutura de Igreja, elas não devem ter articulação própria. Segundo este princípio, só a estrutura diocesana — com o bispo à frente — pode representar as CEBs. Embora teologicamente correto, tal princípio não corresponde ao anseio das bases eclesiais hoje. Numa igreja clerical e monárquica, a experiência das novas formas de representação participativa só pode ser feita à margem da estrutura. Mas isso não implica necessariamente tornar as CEBs um movimento entre outros.

Clodovis Boff sugere articular as CEBs, sim; mas não coordená-las de modo centralizado. Articular significa criar um serviço de encontros, comunicação, troca de experiências, visitas mútuas e, talvez, até um jornal de circulação nacional. Mas não teriam um programa a cumprir. O serviço de articulação bem "solto" pode — e deve — existir em todos os níveis: diocesano, regional e nacional. Esta articulação só poderá ser feita *no seio da instituição eclesiástica*, mas não necessariamente nos *espaços episcopais* da CNBB.

Existiria tal espaço na Igreja Católica? Ouso pensar que sim. O Conselho Nacional de Leigos, que está se organizando em distintos níveis eclesiais, certamente poderia abrigar as articulações de CEBs e pastorais populares. Que há o risco de transformar as CEBs num "movimento eclesiástico para as classes populares" não resta a menor dúvida; mas acredito que a união dos bispos, sacerdotes, religiosas e leigos, consolidada nesses anos de caminhada, permitirá conter este risco, mantendo vivo o espírito eclesial que anima as CEBs e as pastorais populares durante este longo período de conflitos com o "bloco integrista". Pelo menos, é o que nos ensina Gramsci, quando lembra: "Pessimismo da razão, otimismo da vontade".

Pedro A. Ribeiro de Oliveira é professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e membro do Iser.

De João 23 a Joãozinho Trinta

Passei muitos anos de minha vida lendo teologia. A princípio os clássicos, que se tornaram meus companheiros permanentes: Santo Agostinho, Lutero, Feuerbach, Bultmann. Depois, os outros, que me cansaram. Parei de ler os que escreviam tratados científicos sobre Deus. Mas o meu encantamento renasceu quando descobri teólogos de outro tipo, que não pretendiam saber coisa alguma, mas sonhavam. Falavam de Deus sem as credenciais eclesiais devidas, os "nihil obstat", trazendo na fala apenas as credenciais de vida... Hereges... Os hereges são muito mais interessantes. Os teólogos ortodoxos espalham sempre incenso sobre os mesmos e já conhecidos caminhos, muito embora os cheiros possam ser diferentes. Os hereges não carregam turibulos fumegantes. Estão sempre vestidos de bufões e se riem da nudez dos ortodoxos, que se mostra através dos buracos em suas roupas coloridas. E dizem que há caminhos novos e diferentes a serem trilhados. O que horroriza os que só têm coragem de andar em trilhas batidas, que tratam logo de proibir a sua fala e providenciam as fogueiras.

Meus teólogos?

Nietzsche, que vê um diabo sério e um Deus dançante.

Riobaldo, jagunço arrependido, conhecedor das tramas do Cremulhão e dos mistérios do sertão.

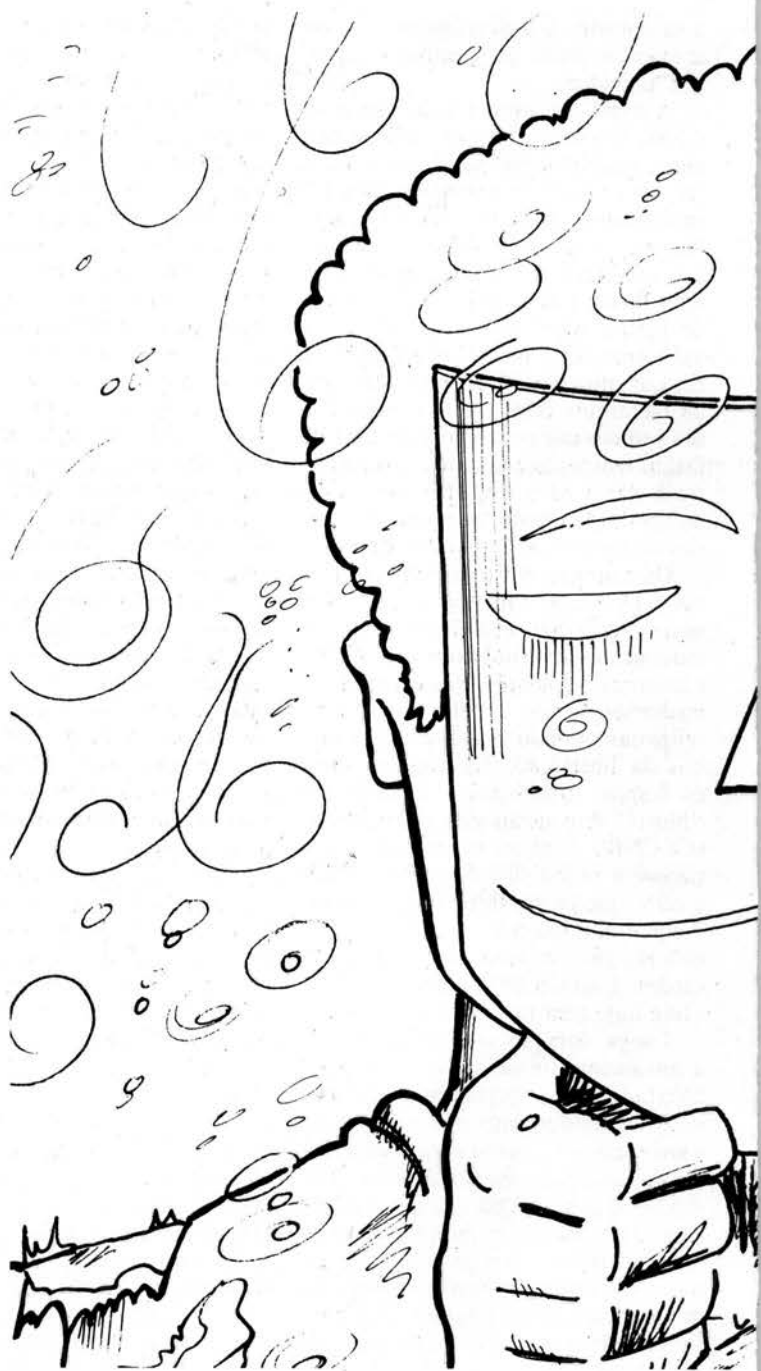
Gabriel Garcia Marquez, feiticeiro da palavra que transforma alquimicamente o banal em encantamento.

Eliot, cavaleiro solitário que tenta salvar, por meio da poesia, um mundo em destroços e habitado por homens ociosos.

Octávio Paz, que conhece o parentesco entre o poético e o mágico.

Adélia Prado, que encontra o sagrado no luar que ilumina o quintal...

E agora acrescento um outro à legião dos meus hereges: o Joãozinho Trinta. Que é herege, sobre isto não há dúvida. Quem o disse foi a autoridade eclesiástica, que proibiu sua fala teologal. Tanto assim que o Cristo teve de desfilar envolto num pano que o escondia. O que foi muito bom, pois todos sabem que Deus é mistério que não pode ser visto. Deus não se vê com os olhos da cara, mas com os olhos da fantasia. Deus só aparece nos sonhos, quando a visibilidade diurna desaparece. E assim começava a procissão com um imenso Vazio. Lembrei-me do documentário sobre a China — a entrevista com os



pintores, que falavam sobre a importância das neblinas e das nuvens na pintura chinesa. As brumas estão lá para criar o espaço do mistério, que é o lugar onde as pessoas podem sonhar coisas do coração e do amor. Em se faltando as brumas, o pano preto da proibição faz o mesmo efeito. E assim Deus apareceu, dentro da mais respeitável tradição teológica, como o "Deus Absconditus"... "Mesmo proibido, olhai por nós"...

Seguiu-se a "mascarada" — para a qual foram convidados todos os miseráveis da terra. De novo, a inspiração teológica: os respeitáveis não comparecem ao banquete messiânico. Como todos os convidados do luxo tivessem declinado o convite, o senhor ordena aos seus servos: "Saí depressa para as ruas e becos da cidade



e trouxe para aqui os pobres, os aleijados, os cegos e os coxos..." (Lc 14,21). E para o banquete chegam os moradores do lixo. Fico pensando: foi acidente? Ou será que o Joãozinho Trinta leu os evangelhos e resolveu pregar uma peça em todo mundo, fazendo um enredo de carnaval que deveria, na verdade, ser até sermão de cardeal... Pois não é evangélico? Ou será que ele leu foi o Marcuse, que diz lá no fim da Ideologia da sociedade industrial que a esperança de salvação está no avesso? O lixo é o avesso do luxo. Assim, quando o lixo desfila, a essência do luxo se revela. A esperança, sugere Marcuse, está "nos párias e marginais, nos explorados e perseguidos de outras raças e cores, nos desempregados e inempregáveis..." Me dirão que mascarada é coisa

mundana, carnavalesca, que nada tem a ver com o divino, que prefere o luxo das catedrais. Discordo. O Menino-Deus preferiu nascer perto da urina e das fezes de vacas e ovelhas. Quanto ao luxo, era lá que morava Herodes. Sou então levado a Lutero, meu teólogo favorito, que dizia que Deus nunca se apresenta desnudo, mas sempre sob uma máscara: ele está onde não se espera. Não no luxo, mas no lixo...

E aí, na dialética entre o luxo e o lixo, representa-se o mistério de Deus. Houve um racionalista, acho que foi Voltaire, que zombou das polêmicas cristológicas, dizendo que foram brigas por causa de uma letra. Tudo girava em torno de duas palavras: se Cristo era "homooious" com o Pai, ou apenas "homoious". De fato, a diferença estava em uma letra apenas, o "i". Mas numa letra estava uma enorme diferença: se ele era, de fato, da mesma substância que Deus, ou apenas de uma substância parecida. Diferença de uma letra, como em luxo e lixo. E a Igreja afirmou que, de fato, ele era da mesma substância. O Homem é Deus; Deus é Homem. Mas acrescentou: "Sem confusão e sem separação". Deus é a alquímica união dialética entre os opostos. O divino sem o humano é o Diabo, porque é poder sem amor, só luxo. Mas o humano sem o divino é o Diabo também, a humanidade perdida, condenada ao inferno: urubus voando sobre montões de lixo em decomposição.

A esperança está no mistério cristológico, quando o luxo e o lixo se encontram. Quando os opostos se encontram, nasce a esperança: brota a flor que jazia adormecida no estrume. E não foi isto que a "Beija-Flor" disse, no seu desfile?

O Joãozinho Trinta estava certo: o luxo é o sonho do lixo — da mesma forma que o lixo são as fezes do luxo. Fazer os dois desfilar, lado a lado, é condenar o luxo, e é dar esperança ao lixo.

Um desfile de escola de samba virou procissão cristológica e utopia política. Porque um lixo ("Nós, o povo pobre...") que tem a capacidade de sonhar coisas tão belas e a disciplina para realizar aquele sonho, ainda que num momento efêmero, tem bem o poder para transformar o país...

Pensei em fazer uma brincadeira, bufão herege que sou: de João 23 que virou a Igreja de cabeça para baixo, ao Joãozinho Trinta. O luxo, quando toma o lixo em suas mãos, se transforma em revolução. Mas o inverso também é verdade: o lixo pode tomar o luxo e transformá-lo em ressurreição. De João 23 a Joãozinho Trinta a diferença é sete, número cabalístico da perfeição.

Seria bom que os políticos vissem o carnaval não só como luxo, mas como vaticínio de uma grande transformação: o lixo querendo virar flor. Bom que quem tenha desfilado tenha sido a "Beija-Flor", pois é justo isto que se deseja: poder beijar uma flor que vai nascer do lixo.

DROGAS REPRESSÃO CONTRADITÓRIA

A decisão norte-americana de combater a qualquer custo o tráfico de drogas envolve um manto ideológico com graves conseqüências para os países da América Latina. Discutir profundamente a questão e encontrar uma solução soberana é fundamental para o futuro do continente

O aparecimento do problema do tráfico de drogas no âmbito das relações entre os Estados Unidos e a América Latina aprofundou as tradicionais tensões no hemisfério. A imposição norte-americana de dar um enfoque policial para o diagnóstico e possíveis soluções ao assunto geraram um incremento dos problemas econômicos, políticos e sociais no continente.

A produção de drogas não é uma decisão voluntária daqueles que se dedicam a este tipo de atividade. As difíceis condições de vida de amplos setores do campesinato latino-americano determinam o crescimento da produção de drogas. No caso da Bolívia um camponês chega a ganhar 7 mil dólares por hectare de coca, enquanto a renda per capita do país não alcança 350 dólares anuais e o salário mínimo beira a ridícula cifra de vinte dólares.

Em termos macroeconômicos, a renda do tráfico de drogas joga um papel amortizador nas frágeis economias de alguns países da América Latina que estão pressionados pelo endividamento externo e a conseqüente necessidade de cumprir com suas obrigações diante dos organismos financeiros internacionais.

Violação — Os Estados Unidos focalizam o problema na repressão aos países produtores. Através da extradição de traficantes para julgamento segundo as leis norte-americanas e a des-

truição de plantações, produziram-se diversas formas de violação à soberania dos países latino-americanos. E o que é pior: o problema não foi resolvido.

A operação *Blast Furnace*, realizada na Bolívia em 1986, com a participação de tropas estadunidenses, bombardeou laboratórios, pistas de aterrissagem e plantações de coca, erradicando 1,6 mil hectares. Porém, não diminuiu nem o fluxo de drogas para os Estados Unidos nem seus preços. Resultado semelhante colheu a operação *Condor* no Peru, em 1983. Segundo o mais recente relatório do escritório central de contas do Congresso norte-americano, Bolívia, Colômbia e Peru incrementaram a produção de coca em 40,5 mil, 24 mil e 20 mil hectares, respectivamente.

A lei antidroga, aprovada pelo Congresso norte-americano em 1986, permite ao presidente apontar os países que colaboram — ou não — na repressão ao tráfico. Os países colaboradores recebem verbas exíguas para “resolver” o problema, enquanto os países “não colaboradores” são penalizados no plano de suas exportações legais aos Estados Unidos e recebem tratamento desigual nas relações bilaterais com Washington.

Militarização — Esta situação direciona os parcos orçamentos dos Estados ao fortalecimento dos exércitos, através da compra de armamentos e treinamento de tropas especiais, sem-

pre revestidos do discurso ideologizado da repressão ao tráfico. Ao transferir recursos para o setor militar, os problemas sociais se agravam, gerando desestabilização política e militarização das sociedades latino-americanas.

Por outro lado, a distribuição dos custos financeiros para a repressão ao tráfico de drogas é injusta. Outra vez o exemplo da Bolívia: no plano de erradicação das plantações de coca foi aprovado um subsídio de 2 mil dólares por hectare destruído; porém, a participação boliviana foi de 1,3 mil dólares.

A iniquidade é resultado do nível de compromisso assumido pelos Estados Unidos para o tratamento do problema. Basta compará-lo com a participação norte-americana no mercado da droga. Calcula-se que o movimento anual do tráfico de drogas atinge a fabulosa cifra de 300 milhões de dólares. Desse total, 135 milhões são gerados nos Estados Unidos. Paradoxalmente, a América Latina fica apenas com uma soma entre 2 e 4%.

Alternativas — A prerrogativa norte-americana de assinalar países “colaboradores” tem levado a uma ideologização do problema. Nações consideradas inimigas de Washington (Cuba, Nicarágua, Panamá, Irã etc.) são envolvidas com o narcotráfico para possibilitar seu isolamento da comunidade internacional.

Paralelamente, a operação “Irã-Contras” — que tornou-se, posteriormente, um dos maiores escândalos da administração do ex-presidente Ronald Reagan — usou o dinheiro e a estrutura dos traficantes para ajudar os contra-revolucionários nicaraguenses. No caso colombiano caminha-se na mesma direção através de uma ajuda militar inicial de 15 milhões e a abertura de linhas de crédito para a aquisição de armamentos.

Do processo de “latino-americanização” do conflito e da tradicional unilateralidade dos Estados Unidos para tratar o problema, surge a necessidade de que os povos do continente discutam a questão para encontrar alternativas que considerem as especificidades regionais e as dimensões econômicas e sociais do assunto. Uma proposta global de erradicação da droga deve ter como base a reformulação total dos termos das relações econômicas entre os países do Norte e do Sul.

Extraído de um documento da Rede Latino-Americana de CPID.

NICARÁGUA

SOLIDARIEDADE DOS
BISPOS METODISTAS

Um pacto de fidelidade com o Senhor e de solidariedade com os irmãos e irmãs centro-americanos. Este foi o principal resultado do "Encontro episcopal: missão pela paz", que reuniu em Manágua, no final de janeiro, bispos metodistas de dezessete países. Eles conheceram a realidade nicaragüense, conversaram com pessoas de diversas tendências e setores sociais e concluíram que a fé cristã ocupa um lugar central na vida desse povo. "O coração do Evangelho é frequentemente a força unificadora e motivadora que coloca esperança na vida das pessoas", diz a declaração final do encontro.

Os bispos metodistas reconhecem que "não é suficiente denunciar a injustiça" e, a partir da análise da realidade centro-americana, se comprometem a trabalhar em cinco frentes: autodeterminação dos povos, solução para a dívida externa do Terceiro Mundo, saída negociada para o conflito na América Central, incremento da informação entre os países e convocação às congregações metodistas para que se coloquem ao lado dos pobres e oprimidos.

ENCONTRO DISCUTE
VIOLÊNCIA NO CAMPO

A violência fundiária, o atraso na implantação da reforma agrária nos vários países da América Latina e a devastação da natureza, provocada por megaprojetos econômicos, serão alguns dos principais pontos de discussão do primeiro encontro latino-americano sobre experiências da Pastoral da Terra que a Igreja Católica promoverá no convento de Itaici, no município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo), entre os dias 29 de maio e 3 de junho próximos.

Os participantes do encontro farão um diagnóstico sobre a situação rural na América Latina, a ser encaminhado às conferências episcopais e às demais áreas pastorais da Igreja. Um dos pontos principais dessa avaliação será o agravamento da violência no campo nos países latino-americanos.

O segundo item da pauta do encontro será a presença das Igrejas na problemática da terra. Neste aspecto, serão avaliadas as experiências de atuação conjunta de católicos e evangélicos na Pastoral da Terra. Entre as experiências estão as que são feitas, por exemplo, no Brasil, entre a CPT e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

No terceiro tema da pauta — sobre "A terra como dom de Deus para todos os homens" — o encontro da Pastoral da Terra debaterá a luta pela reforma agrária, as migrações e o êxodo rural, as organizações e movimentos camponeses, a espiritualidade dos cristãos que atuam no campo e o papel das comunidades eclesiais de base na Pastoral da Terra.

(Extraído da Folha de S. Paulo, 22/02/89)

TEOLOGIA DA TERRA
REALIZADO 1º ENCONTRO
LATINO-AMERICANO

A forma historicamente excludente do latifúndio, a imposição de grandes projetos governamentais desenvolvimentistas, em geral financiados por organismos internacionais, e os crescentes investimentos agro-industriais multinacionais configuram um quadro aparentemente contraditório de situações no campo. Essas diferentes formas de apropriação da terra parecem integrar um mesmo processo de expansão capitalista, e são, em seu conjunto, geradoras da violência que atinge os trabalhadores rurais e as populações indígenas do continente latino-americano.

Dentre os caminhos para a libertação dos povos da América Latina, portanto, a questão da luta pela terra se coloca como uma das mais relevantes. Não é casualidade que, nos últimos anos, setores ligados aos movimentos populares, em particular as igrejas, vem se posicionando teológica e politicamente sobre as questões que envolvem essa luta pela liberdade.

Com o objetivo de partilhar e refletir sobre os principais desafios da teologia da terra, realizou-se nos dias 25 a 29 de janeiro deste ano, em Itatiaia (RJ), o 1º Encontro Latino-Americano de Teologia da Terra. Fazendo parte das atividades do programa "A questão da terra na América Latina", da rede latino-americana de CCPD, coordenado pelo Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI, o Encontro contou com a participação de teólogos das entidades ligadas à rede e de outros com reconhecida reflexão acumulada. Foi um momento de aprofundamento dos aspectos antropológicos, sociológicos, políticos e teológicos do tema.

Nos cinco dias de encontro foram discutidos vários temas: teologia da terra e ecologia, teologia e conceituação antropológica da terra, teologia da terra e justiça, e metodologia da teologia da terra. São estes elementos que precisam ser melhor considerados na elaboração da teologia da terra, para que esta acompanhe e dê subsídios à luta dos povos. As discussões travadas durante o encontro, assim como os textos elaborados pelos participantes, serão objeto de uma publicação a ser lançada ainda este semestre.

Participantes
do encontro



Ângela Cristina Fernandes

CONVITE AO DIÁLOGO

Ivo Poletto

Será útil, ou necessário, um diálogo entre cristãos e não-cristãos que, no Brasil, lutam pela democracia, justiça e paz? Será suficiente uma "prática comum" para garantir a superação de preconceitos e para enriquecer-nos com o pensamento diferente dos outros? Não haverá o risco de cair num pragmatismo de "ser unido" pelas necessidades, desprezando os valores comuns que poderiam firmar um agir comum estratégico?

Estas e outras questões foram discutidas no "Encontro latino-americano de cristãos e não-cristãos pela democracia, pela justiça e pela paz" realizado em agosto de 1988, em Santiago do Chile, a capital da reprovada ditadura do general Pinochet. O encontro, conhecido por "Invitación al diálogo", foi realmente uma rica experiência de diálogo e um convite para que ele se aprofunde baseado na percepção de que "o Chile necessita com urgência o diálogo e o entendimento entre todos os que cremos na vida".

Foi um encontro latino-americano, ainda se a temática concreta foi eminentemente chilena e a presença de outros países limitou-se a três. O desafio foi o de firmar bases de diálogo prático, teórico, humano, entre os chilenos crentes e não-crentes em luta contra a ditadura e entre os latino-americanos que lutam contra a exploração econômica, a dominação cultural, a exclusão política e a marginalização social.

Em termos de conteúdo, o diálogo centrou-se na relação entre marxistas e cristãos. Como ocorre na realidade, não havia uniformidade nem entre os cristãos, nem entre os marxistas. O encontro foi oportunidade de diálogo de cristãos com cristãos de posições políticas diferentes, assim como entre os diferentes grupos de marxistas. Além desses havia também outros "racionalistas" engajados na luta pela vida. E o resultado — a ser confirmado pela prática — foi uma rica troca de experiências entre pessoas diferentes, com motivações existenciais diferentes, vindo em que e como essas diferenças enriqueceram e poderiam enriquecer ainda mais a luta comum.

Como um dos participantes deste Encontro, cabe-me a tarefa de convidar os leitores a refletir sobre nossa experiência de trabalho em comum e de diálogo. Tenho a impressão que *dialogamos pouco*. Temos uma relação próxima a alguma forma de "pragmatismo político". E a consequência, em muitos casos, aparece nas instrumentalizações, no empobrecimento e no relativo sectarismo das pessoas e grupos envolvidos na prática comum. Os cristãos não poderiam crescer através de um diálogo franco e respeitoso com marxistas — especialmente os que pessoalmente vivem a dimensão do ateísmo — e com outros tipos de pensadores? Não poderiam igualmente marxistas e outros "racionalistas" crescerem através de um diálogo profundo com cristãos engajados na mesma causa?

Está lançado o desafio. No Encontro de Santiago foi discutida a possibilidade de "encontros parecidos" nos vários países da América Latina, culminando em um Encontro Latino-Americano realmente representativo. Sei que há muitas diferenças entre o Chile de Pinochet e o Brasil. Assim mesmo, será correto fugirmos ao desafio? Não teremos nós uma necessidade ainda maior e potencialmente mais criativa? Se você tiver sugestões escreva para a gente:

Caixa Postal 749
74000 — Goiânia — GO



Assine o SEM TERRA e participe da luta pela REFORMA AGRÁRIA

Desejo fazer assinatura do **Jornal Sem Terra**, para isso estou enviando cheque nominal em favor da **Associação Nacional de Cooperação Agrícola**
Endereço: R. Ministro Godoy, 1484, Perdizes, São Paulo - SP
Brasil, CEP 05015, fone: 864-8977 (011)

* Quero assinar o **Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA** por um ano (12 exemplares) e recebê-lo no seguinte endereço:

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____ CEP _____ Estado _____

Profissão _____ Telefone: _____

Valor da assinatura: lavrador - NCz\$ 3,10 outros - NCz\$ 6,20 preços válidos até março/89



Milton Schwantes

“Deles arrancais a pele, e a carne de cima de seus ossos. Comeis a carne do meu povo! Lhe arrancais a pele, lhe esmieuçais os ossos, e os espalhais na panela, como carne no meio do caldeirão”. (Mq 3,2-3)

A história está cheia de surpresas. Tem semelhança com uma estrada. Na medida em que a gente avança novos caminhos se abrem. Novas perspectivas se descortinam.

Há momentos em que tudo fica mais claro, mais nítido. Por certo, não faltam momentos de nebulosidade. A vista não se parece clarear. Eclesiastes escrevia a respeito. São aqueles períodos em que tudo parece se repetir, em que não se enxerga o novo.

Em todo caso, estes não são os nossos dias. O novo está aí à vista de todos. Quem tem olhos para ver, vê. A cada dia, as coisas ficam mais claras. Aumenta a transparência. Dissipa-se a névoa. Some o que é nebuloso. E aí, diante de nós, tudo fica nítido.

Não era assim há tempos atrás. Pe-

“TUDO PELO SOCIAL!?”

lo contrário, quanto se discutia em torno do projeto militar. Como era difícil convencer alguém que aquilo não daria em nada. Era “milagre” para cá, promessas desenvolvimentistas para lá. E a neblina era tamanha que muita gente se deixava iludir. Acreditava...

Os tempos mudaram. A gente nem acredita mais. A cada dia que passa, nossa experiência é a de que a miséria aumenta. Os militares nos empobreceram, e o “tudo pelo social” nos tornou miseráveis. Isso está tão claro, é tão transparente, é tão diário, que já dispensa estatísticas, argumentações, longos debates.

É o que a tradição bíblica designa de *kairós*. Na vida da gente e na de um povo há momentos de incrível densidade. Há tempos tão agudos, tão afunilados, tão simples e claros que dúvidas e perguntas se desvanecem. Somem. Caducam. Tornam-se ridículas. Estes

são os momentos em que até os zaqueus se convertem. Nessa hora até o Fundo Monetário Internacional (FMI) se comove com o assassinato de Chico Mendes. Neste *kairós*, até o centurião que ajudara a crucificar o filho de Maria é levado a exclamar: “Verdadeiramente este homem é o Filho de Deus” (Mc 15,39). A verdade passa a ser tão concreta que reluz, se impõe, “apesar de...”.

Estamos em tempos de clarão, de relâmpago, de transparência. Estamos em *kairós*. Lá na África do Sul. Lá na América Central. Aqui na Terra de Vera Cruz. A terra em que estamos é sagrada. A hora que fazemos é consagrada.

“Esmieuçais os ossos” — Momento similar terá vivido Miquéias, o profeta bíblico do final do 8º século a.C. Afinal, é dele aquela solene intuição messiânica que nos habituamos a repetir: “De ti, Belém Efrata, peque-



Os pobres já não são mais mortos às escondidas

na demais... me sairá o que há de organizar Israel" (Mq 5,2). Este profeta soube descortinar o novo que estava por vir. "No poder do Espírito" (Mq 3,8) degustou as primícias dos tempos novos. Em meio à história de seu povo, os lavradores daqueles tempos, se lhe abriram novos horizontes.

De fato, Miquéias não deixa de ser um aprendiz. Suas palavras emergem de dentro da história de sua gente. São qual água fresca tirada do fundo do poço. Este poço é o movimento camponês e profético do 8º século. Esta é a fonte que corre abundante e generosa em Miquéias.

Amós fizera o início por volta de 760 a.C. Chamara a atenção para a exploração dos pobres. Fizera ver que as riquezas acumuladas nas cidades, seus luxos e vidas fáceis provinham da opressão e da violência contra os mais fracos (Am 3,9-10).

Oséias, poucos anos depois, dera um passo novo. Dizia que a opressão

degrada a pessoa. Machuca-a em sua dignidade. Transtorna seus pensamentos. Arrasa os costumes. Confunde a religião. Oséias ensinara a perceber que a opressão "prostitui" a vida. Arruina a mulher e o homem. Perverte as relações.

Isaias dera um passo a mais, a partir de 740 a.C. Dizia que a "face dos pobres" (Is 3,15) atesta a miséria em que vivem. Este profeta era de Jerusalém. E ali na capital convivia com as crianças abandonadas, com os órfãos e as viúvas, gente esmagada pelos interesses militares dos poderosos. Para ele, só mesmo o fim das lanças e das espadas (Is 2,4) será capaz de garantir a vida dos empobrecidos.

Pois Miquéias é herdeiro destes profetas. É uma espécie de caçula. Quando a partir de 725 vai a público, seus antecessores (Amós, Oséias, Isaias) já haviam preparado o caminho. Coube-lhe avançar um pedaço a mais.

Avançou messianicamente! Fez crescer a esperança em prol de algo novo, em prol de um novo "organizador de Israel". Este não poderia provir da capital, Jerusalém. Pois esta estava comprometida com sangue e perversidade (Mq 3,10). Nem poderia ter sua origem entre gente armada e generalesca. Pois esta, em sua cobiça desenfreada, só planejava como aumentar seus ganhos, como aprofundar a esfolação dos pobres (Mq 2,1-2). O novo só poderia vir da vila camponesa, da periferia, "de ti, pequena Belém!"

Sim, Miquéias ajudou seu povo a avançar, a lançar-se na direção do novo horizonte messiânico. Mas, sem ilusões! Sem esconder a realidade!

Pois, justamente na análise desta realidade há algo de novo em Miquéias. Há radicalização. Este profeta fixa sua atenção no estágio final da exploração (Amós), da prostituição (Oséias), da desumanização (Isaias). E esta é a esfolação dos empobrecidos. É a sua ruína fi-

sica. A pele lhes é arrancada! A carne é aproveitada! Os ossos são esmiuçados! Nada se perde! A devora dos mais fracos é a etapa final da opressão. Este "canibalismo civilizado", praticado pela elite da capital, pelos "chefes" e "cabeças" (Mq 3,1), é o que Miquéias tem a denunciar. Onde é pago um salário de fome, está, ainda hoje, em pleno vigor este "canibalismo civilizado".

Ao olhar messianicamente para frente, nosso profeta aprofundou sua análise do presente. Na espera do Messias, olhou ao seu redor e sentenciou: "Comem a carne do meu povo"! Ao esperar pelo milagre, que viria de Belém, "pequena demais", foi preparando o ano da graça (Mq 2,5), aquele da reforma agrária, quando "cada um se assentará debaixo da videira, debaixo da figueira, não havendo quem os espante" (Mq 4,4). Enquanto esperava pelo Messias, foi lavrando a capital (Mq 3,12), para que aquilo, que agora sedia a exploração, venha trazer frutos de "justiça" e "misericórdia" (Mq 6,8).

Sim, a hora é agora! E o é em duplo sentido. Por um lado, podemos ver melhor: os pobres já não são mais mortos às escondidas, mas às claras. São os Chicos e as Margaridas e outros tantos. Só não vê quem já vendeu sua alma. Por outro lado, podemos esperar melhor: sabemos que a barbárie só terá fim se nos organizarmos, se ficarmos juntos, se pelo embate dissermos um basta, para que já não mais se arrisquem a "fazer violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança" (Mq 2,2).

Milton Schwantes é pastor luterano em Guarulhos (SP) e professor de Bíblia no Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião do IMS, em São Bernardo do Campo.



Aconteceu

Assinatura anual NCz\$ 1,90

- América Latina: US\$ 60
- América do Norte: US\$ 85
- Europa, África e Ásia: US\$ 100

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação de Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

DO SANTO OFÍCIO À LIBERTAÇÃO

Ismar de Oliveira Soares, Paulinas, São Paulo, 1989, 400 p., 14x21cm



Francisco de Assis Fernandes

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* fizeram críticas severas ao texto da CNBB sobre comunicação social que serve de base à campanha da fraternidade deste ano. Esta é uma "campanha antiimprensa", garantiu o *Estado*, insurgindo-se, juntamente com a *Folha*, contra a sugestão dos bispos de que seja mantido ou respeitado um código de ética para a comunicação, "sem dúvida uma restrição à liberdade", segundo o último matutino.

A polêmica em torno do discurso da Igreja Católica sobre a comunicação é antiga e remonta aos tempos de Gutenberg, prolongando-se até os dias de hoje, como atestam as acusações da imprensa em torno das virtuais restrições da Igreja à exibição de filmes como "Je vous salue Marie" e "A última tentação de Cristo".

O assunto em conflito, sua gênese e seus desdobramentos é o tema do livro *Do Santo Ofício à libertação*. A obra, objeto de tese doutoral, divide-se em quatro partes. Na primeira, analisa o discurso (e a prática) do Vaticano sobre a comunicação social, do século 15 ao 20; na segunda, percorre a história do Brasil, refletindo sobre o comportamento da instituição nos períodos da dominação senhorial, da romanização, das campanhas contra o espiritismo, protestantismo, maçonaria

e comunismo até o período recente de confronto, resistências e rearticulação, nos tempos da ditadura militar.

A terceira parte é dedicada à emergência de uma nova teoria sobre Comunicação Social, cujas causas enraizam-se muito mais nas práticas das comunidades de base e nas contribuições teóricas de Paulo Freire e da teologia da libertação do que nos enunciados da Unesco sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic). A última parte reúne uma rica documentação que serviu de base a todo o trabalho.

Segundo o autor, apesar dos avanços já registrados, para o que muito contribuíram os profissionais e pesquisadores da área, "a distância entre o discurso e a prática permanece longa,

sendo necessários, ainda, alguns anos para que se produza uma aproximação revitalizante". O debate sobre essas questões envolve as comunidades de base no momento em que a Igreja se volta para a discussão do tema da campanha da fraternidade deste ano: "A comunicação para a verdade e a paz".

Do Santo Ofício à libertação é, sem dúvida, a análise mais abrangente e mais profunda já realizada no Brasil sobre o discurso e a prática da Igreja Católica no campo da comunicação social.

Francisco de Assis Fernandes é professor na Escola de Comunicação e Artes da USP e presidente da União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC).

Lançamento

ESCOLA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Vera Masagão Ribeiro (org.), Cadernos do CEDI 19, São Paulo, 1989, 78 p., 21x27cm

Reunindo artigos de Elie Ghanem, Marília Postes Spósito, Vera Masagão Ribeiro e uma entrevista com Mayumi Souza Lima, o caderno discute a presença dos movimentos populares na escola pública, a atuação das associações de pais e mestres, dos conselhos de escola e dos grêmios estudantis. No momento em que a participação popular na gestão dos serviços públicos vem sendo amplamente debatida, a temática do caderno ganha uma importância significativa. Lançar-se nesse debate é fundamental para os agentes dos movimentos sociais e educadores que trabalham pela democratização da educação pública.

